

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**KAROLLAYNE PASSOS SANTOS DE ALMEIDA**

**O lugar e a produção do abandono. O papel da mineração na história da vida cotidiana  
no bairro Bebedouro, Maceió, Alagoas.**

**Maceió**

**2024**

**KAROLLAYNE PASSOS SANTOS DE ALMEIDA**

**O lugar e a produção do abandono. O papel da mineração na história da vida cotidiana no bairro Bebedouro, Maceió, Alagoas.**

**Trabalho de conclusão de curso apresentado ao colegiado do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do trabalho de conclusão de curso (TCC).**

Orientador/a: Prof. Dra Mariana Guedes Raggi

Maceió

2024

**Catálogo na Fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecário: Cláudio César Temóteo Galvino – CRB4: 1459

A4471

Almeida, Karollayne Passos Santos de.

O lugar e a produção do abandono: o papel da mineração na história da vida cotidiana no bairro Bebedouro, Maceió, Alagoas / Karollayne Passos Santos de Almeida. – 2024.

62 f. : il.

Orientadora: Mariana Guedes Raggi.

Monografia (Trabalho de conclusão de curso em Pedagogia: licenciatura) – Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 61-62.

1. Braskem. 2. Mineração. 3. Impactos. 4. Memória. I. Título.

CDU: 37:622

**KAROLLAYNE PASSOS SANTOS DE ALMEIDA**

**“O lugar e a produção do abandono: o papel da mineração na história da vida cotidiana no bairro Bebedouro, Maceió, Alagoas”**

Trabalho apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

**Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 27/11/2024.  
Orientadora: Profa. Dra. Mariana Guedes Raggi (CEDU/UFAL)**

**Comissão Examinadora**

---

Prof. Dra. Mariana Guedes Raggi (CEDU/UFAL)

---

Profa. Dra. Jordânia de Araujo Souza Gaudencio (CEDU/UFAL)

---

Profa. Dra. Luiza Cristina Silva Silva (CEDU/UFAL)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Deus, que foi minha luz e guia em todos os momentos dessa caminhada. Nos momentos de dúvida e incerteza, quando eu não sabia como começar ou sequer encontrar um caminho, foi ele quem me guiou e fortaleceu. Sou profundamente grata por sua presença constante durante todo esse trabalho, sem sua ajuda, eu não teria conseguido chegar até aqui.

Aos meus avós, Marisa e Barão, meus maiores incentivadores, cuja força e dedicação foram essenciais em cada passo da minha trajetória. Sem vocês, eu não teria conseguido chegar até aqui. A presença constante, sempre cuidando de mim, foi fundamental para essa conquista. Este trabalho é nosso, e sou profundamente grata por minha maior inspiração. Amo vocês e agradeço por tudo.

À minha amada família, meu porto seguro, meus exemplos de vida. Vocês, que me apoiaram em cada decisão, me incentivaram em cada desafio e me ampararam em cada queda. Vocês são a minha base, a minha fortaleza, o meu maior orgulho. Agradeço a Deus todos os dias por ter me dado vocês. Amo vocês mais do que as palavras podem expressar.

À minha orientadora, Marina Raggi, expressei minha mais profunda gratidão por todo o apoio, dedicação e comprometimento ao longo deste trabalho. Obrigada por abraçar este tema, que era tão importante para mim, mesmo diante das dificuldades que ele apresentou. Sua orientação atenta, paciência e parceria foram fundamentais em cada etapa da escrita. Sou imensamente grata por ter tido você ao meu lado nessa jornada, tornando-a mais leve e enriquecedora.

Às minhas amigas da faculdade, minha gratidão por tornarem essa jornada muito mais leve e especial. Obrigada por todo o apoio ao longo da graduação; vocês foram, sem dúvida, a melhor parte dessa experiência acadêmica.

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus queridos avós, que sempre foram os maiores incentivadores da minha trajetória. Obrigada por nunca medirem esforços para apoiar minha formação e por serem a razão da minha perseverança. Todo o meu esforço é por vocês. Vocês são e sempre serão o meu porto seguro.

## RESUMO

A mineração no Brasil desempenhou um papel crucial na formação econômica, social e política do país, mas também gerou impactos ambientais e sociais significativos. Este estudo analisa as consequências da exploração de sal-gema em Maceió, liderada pela empresa Salgema (posteriormente Braskem), destacando suas consequências devastadoras, incluindo o afundamento de solos e a desocupação forçada de bairros inteiros. A pesquisa explora o contexto histórico da mineração no Brasil, os desdobramentos locais da exploração mineral e os desafios da governança territorial. Com foco nos bairros atingidos, o trabalho evidencia as relações entre a atividade mineradora, os desastres socioambientais e a negligência estatal. A perspectiva pessoal do autor sobre o impacto direto da mineração em sua trajetória de vida enriquece a discussão, forneceu uma análise crítica sobre os desdobramentos desse processo.

**Palavras-chave:** Braskem; Mineração; Impactos; Memória.

## ABSTRACT

Mining in Brazil has played a crucial role in the economic, social and political formation of the country, but it has also generated significant environmental and social impacts. This study examines the consequences of exploitation of rock salt in Maceió, led by the company Salgema (later Braskem), and highlights its devastating consequences, including land subsidence and the forced displacement of entire neighborhoods. The research examines the historical context of mining in Brazil, the local consequences of mineral exploitation, and the challenges of territorial governance. Focusing on the affected neighborhoods, the work highlights the relationship between mining activity, socio-environmental disasters, and state negligence. The author's personal perspective on the direct impact of mining on her life trajectory enriches the discussion, providing a critical analysis of the consequences of this process.

**Keywords:** Braskem; Mining; Impacts; Memories.

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1 - Colégio Evangélico Batista de Bebedouro .....</b>	<b>32</b>
<b>Imagem 2 - Minha casa do bairro de Bebedouro .....</b>	<b>33</b>
<b>Imagem 3 - Vista aérea do Condomínio Bosque Mundaú .....</b>	<b>34</b>
<b>Imagem 4 - Ensaio dos jogos internos na pracinha.....</b>	<b>35</b>
<b>Imagem 5 - Localização das minas de Sal-Gema da Braskem no Condomínio Bosque Mundaú .....</b>	<b>39</b>
<b>Imagem 6 - Portão usado para cortar caminho para chegar em casa .....</b>	<b>40</b>
<b>Imagem 7 - Portão de casa .....</b>	<b>40</b>
<b>Imagem 8 - Visão da minha casa e dos equipamentos da Braskem .....</b>	<b>42</b>
<b>Imagem 9 - Equipamento da Braskem visto do Condomínio Bosque Mundaú .....</b>	<b>43</b>
<b>Imagem 10 - Pracinha alagada .....</b>	<b>43</b>
<b>Imagem 11 - Faixa feita por moradores e colocada na portaria do condomínio ....</b>	<b>44</b>
<b>Imagem 12 - Faixa colocada na casa da Dora, ex-moradora do Condomínio .....</b>	<b>45</b>
<b>Imagem 13 - Página do Condomínio no instagram .....</b>	<b>45</b>
<b>Imagem 14.1 - Cláusula do PCF - Programa de Compensação Financeira .....</b>	<b>49</b>
<b>Imagem 14.2 - Cláusula do PCF - Programa de Compensação Financeira .....</b>	<b>50</b>
<b>Imagem 14.3 - Cláusula do PCF - Programa de Compensação Financeira .....</b>	<b>51</b>

## **LISTA DE MAPAS**

<b>Mapa 1- mapa de feições de instabilidade do bairro Pinheiro .....</b>	<b>41</b>
<b>Mapa 2- Mapa de Setorização de Danos e Linhas de Ações Prioritárias .....</b>	<b>46</b>

## LISTA DE CROQUI

<b>Croqui 1 - Caminho feito do Colégio Batista de Bebedouro até minha casa no Condomínio Bosque Mundaú .....</b>	<b>37</b>
<b>Croqui 2 - Condomínio Bosque Mundaú .....</b>	<b>53</b>

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>2. A HISTÓRIA DO BRASIL CONTADA A PARTIR DA MINERAÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>3. IMPACTOS DA ATIVIDADE MINERADORA EM MACEIÓ: O CASO DOS BAIROS AFETADOS PELA EXTRAÇÃO DE SAL-GEMA</b>	<b>22</b>
<b>4. MEMÓRIAS DE BEBEDOURO: ENTRE O PASSADO E O PRESENTE</b>	<b>32</b>
3.1 O bairro Bebedouro como meu espaço de vida cotidiana	33
3.2 - Os mapas como linguagem de poder	40
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>61</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A mineração no Brasil possui raízes profundas, remontando ao período colonial e desempenhando na atualidade papel crucial na configuração econômica e social do país. Atividade econômica, social e política que caracteriza a base de toda a exploração de uma história de uma nação que perversamente destrói nações, territorialidades que se organizavam anteriormente a chegada de povos que de fato se fizeram e se valeram de um discurso e de uma prática de extermínio e de implementação de um sistema que se faz dependente e excludente. A mineração é fundamental nesse processo de invenção desse projeto de “nação” que virá a ser o que denominamos Brasil.

Inúmeras são as espacialidades em que a mineração se territorializou e se enraizou. Um pouco dessa história contaremos nesse trabalho que se apresenta como Trabalho de Conclusão de Curso. Maceió, capital alagoana, é uma das tantas que trazem o trabalho espúrio dessa atividade que no processo de extração mineral, extraí histórias, cotidianos, vidas, relações de todas as ordens sociais, sem escrúpulos e legitimada por um estado que se oferece parceiro, aliado de todo processo que vem desde o primórdio do projeto de uma nação forjada pelos interesses de um sistema de acumulação de capital que longe se aperfeiçoa da possibilidade de produzir uma vida digna, cidadã e de direitos.

O processo em Maceió, se dá a partir da exploração de sal-gema pela empresa Salgema - atual Braskem - trouxe consequências devastadoras, culminando no afundamento de solos e na desestruturação de bairros inteiros. Este trabalho aborda a mineração como fenômeno ambiental de repercussão socioespacial sem precedentes na história da capital alagoana.

A relevância do tema está na necessidade de compreender como as atividades mineradoras moldam territórios, economias e comunidades, frequentemente expondo populações a riscos ambientais e sociais, especificamente neste trabalho com a cidade de Maceió. A exploração de sal-gema, na capital alagoana, provocou um desastre sem precedentes, evidenciando a fragilidade na fiscalização e no diálogo entre empresas e sociedade. Ao analisar o caso, é possível refletir sobre as responsabilidades das partes envolvidas e os desafios da governança territorial.

Nesse caso, o objetivo desse trabalho que aqui se apresenta é revelar a toda comunidade alagoana o silenciamento desse processo que se deu desde a década de 1970 e os desdobramentos econômicos, sociais, políticos que tal atividade espúria promoveu na cidade. Iluminar os impactos e os riscos que a atividade mineradora se valeu numa territorialidade urbana desprovida de nenhum rigor de leis e penalidades aos agentes privados e públicos que agiram livremente na capital promovendo irreparáveis desastres na cotidianidade das pessoas que viviam nas áreas supostamente ignorada de informações e que foram surpreendidas por notícias desencontradas e desconectadas televisionada e anunciada nas redes de comunicação que após anos, décadas estavam residindo em áreas de riscos de desabamento e que precisavam rapidamente desocupar suas residências, deixar suas vidas, suas histórias. Esse processo se deu à luz do dia em bairros como Pinheiro, Bebedouto, Bom Parto, Mutange, entre outras espacialidades.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho foi de abordagem qualitativa, pois prioriza a interpretação de fenômenos sociais, históricos e ambientais relacionados à mineração no Brasil, especialmente no caso de Maceió. Esse tipo de abordagem permite uma análise mais profunda das consequências da mineração, incluindo seus impactos econômicos, sociais e ambientais. As técnicas de pesquisa usadas foram revisão bibliográfica, análise documental, estudo de caso e relato autobiográfico.

A revisão bibliográfica é aquela em que é feita uma revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico, tendo como base materiais já elaborados, como livros e artigos científicos. Esse trabalho faz uso de referências a autores e obras consagradas, como Galeano, Figueirôa e outros. Essa técnica foi empregada para fundamentar o histórico da mineração no Brasil, suas consequências e a legislação que regula a atividade.

Há menções a documentos oficiais, como mapas de risco, legislações ambientais (por exemplo, o Código de Mineração e decretos relacionados) e relatórios técnicos de instituições como o Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM). Isso caracteriza o uso de análise documental, que ajudou a sustentar a discussão sobre a situação de Maceió e os impactos da Braskem.

A abordagem dos impactos da extração de sal-gema em Maceió, com foco nos bairros atingidos (como Bebedouro, Mutange e Pinheiro), configura um estudo de caso. Esse método

é utilizado para explorar a dinâmica de um problema específico em profundidade, analisando os desdobramentos sociais, econômicos e territoriais causados pela atividade mineradora.

A metodologia utilizada teve como objetivo contextualizar historicamente a mineração no Brasil, desde os ciclos econômicos até os dias atuais, demonstrando os impactos sociais, econômicos e ambientais da mineração, especialmente no contexto de Maceió. Além disso, a metodologia buscou relatar de forma crítica e reflexiva como as consequências da atividade mineradora afetam diretamente as comunidades locais, incluindo uma perspectiva pessoal.

Para que o objetivo deste trabalho possa ser alcançado a autora estruturou a monografia em três capítulos. O primeiro capítulo tem o compromisso de traçar um panorama histórico da mineração no Brasil, desde o ciclo do ouro até sua evolução contemporânea, destacando o papel econômico e político dessa atividade ao longo dos séculos. O segundo capítulo explora os impactos da mineração de sal-gema nos bairros de Maceió, discutindo as consequências geológicas, sociais e econômicas da exploração pela Braskem. Por fim, o terceiro capítulo diferente dos demais, é narrado em primeira pessoa, apresentando uma perspectiva pessoal da autora sobre o bairro de Bebedouro, destacando sua experiência em viver em uma área diretamente afetada pela atividade mineradora e que teve que como sentença a decisão de abandonar toda sua história construída por sua família, sua casa, sua história e num movimento autoritário desfazer de tudo e procurar outro espaço para refazer uma vida a partir do que conseguiram levar de seu antiga e ainda presente lugar de pertencimento.

## 2. A HISTÓRIA DO BRASIL CONTADA A PARTIR DA MINERAÇÃO

A busca por metais preciosos remonta à Antiguidade, quando civilizações como a egípcia e a inca valorizavam intensamente esses metais, associando-os a divindades e rituais sagrados. Durante a Idade Média, a importância dos metais preciosos permaneceu elevada, sendo símbolo de riqueza e poder. Com as Grandes Navegações, no período moderno, a economia europeia passou a ser fortemente influenciada pelo mercantilismo, cujo objetivo central era a acumulação de ouro e prata. Esse sistema econômico incentivou a exploração e colonização de novas terras, impulsionando uma corrida global por metais preciosos.

A história da América Latina é pautada pela exploração das nossas riquezas minerais e promoveu sequelas nocivas. Por isso, pode-se afirmar que

Nossa riqueza sempre gerou nossa pobreza, alimentando a prosperidade alheia: os impérios e seus agentes locais. Na alquimia colonial e neocolonial, o ouro se transfigura em sucata e os alimentos em veneno. Cidades como Potosí, Zacatecas e Ouro Preto, outrora símbolos de esplendor devido aos metais preciosos, caíram de ponta-cabeça para o fundo dos socavões vazios, enquanto o destino do pampa chileno do salitre e da floresta amazônica da borracha foi a ruína. (Galeano 1971, p.11)

Essas palavras ecoam não apenas uma narrativa histórica, mas também uma realidade contemporânea que ressoa em muitas comunidades latino-americanas. A exploração desenfreada dos recursos naturais não apenas alimentou o crescimento econômico de outros, mas também deixou um legado de degradação ambiental, desigualdade social e marginalização.

Na narrativa da história do Brasil, a corrida pelo ouro e outros minerais também deixou marcas profundas. Segundo Galeano (1971, p.53)

durante pelo menos dois séculos a partir de seu descobrimento, o solo do Brasil negou aos seus proprietários portugueses metais preciosos. O primeiro período da colonização foi marcado pela exploração da madeira do pau-brasil e, posteriormente, pela plantação da cana-de-açúcar no nordeste. Nesse contexto, o Brasil, ao contrário da América Hispânica, parecia vazio de ouro e prata. Não havia no Brasil uma grande civilização estabelecida; em vez disso, encontravam-se tribos selvagens e dispersas, que desconheciam os metais preciosos. Assim, coube aos portugueses a tarefa de desbravar e descobrir os locais onde o ouro poderia ser encontrado.

Antes da descoberta do ouro, o ciclo da cana-de-açúcar, dos séculos XVI até XVIII, foi extremamente importante para a economia do Brasil e de Portugal. No entanto, em 1654,

com a expulsão dos holandeses do Brasil, percebeu-se que a produção açucareira havia sido severamente prejudicada pelos combates, iniciando assim a crise da cana-de-açúcar. Essa crise econômica perdurou até a descoberta do ouro, causando dificuldades significativas para Portugal.

Foi na transição do século XVII para o século XVIII que ocorreram as primeiras descobertas de ouro no Brasil, especificamente em 1693, através das expedições dos bandeirantes paulistas que buscavam ouro e prata. Essas descobertas marcaram o início de um novo ciclo econômico na história colonial brasileira, conhecido como o ciclo do ouro. As primeiras notícias sobre descobertas de ouro na região das Minas Gerais feitas por paulistas por volta de 1693-1695, desencadearam uma verdadeira corrida pela exploração desse metal. (Figueirôa, 1994 p.42)

A história da mineração no Brasil é uma parte essencial da narrativa econômica e social do país, influenciando profundamente sua formação desde os primeiros anos da colonização. A exploração de recursos minerais, como ouro e pedras preciosas, desempenhou um papel crucial no desenvolvimento do Brasil, impactando a economia, a política, a sociedade e a cultura de forma significativa. Segundo Figueirôa (1994 p.43) nos primeiros 70 anos do século XVIII, o Brasil chegou a ter uma produção aurífera equivalente à do resto da América no período de 1493 a 1850 - ou seja, 50% do total de produção mundial entre os séculos XV e XVIII.

A descoberta de grandes quantidades de ouro no Brasil desencadeou uma verdadeira corrida pelo ouro, atraindo muitas pessoas para as regiões mineradoras. Sobre o assunto Figueirôa (apud Antonil, 1994 p.42):

Difícilmentemente se poderá dar conta do número das pessoas que atualmente lá estão [...]. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil vão brancos, pardos, pretos e muitos índios, de que os paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas: homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares e clérigos, e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil convento nem casa.

A economia mineradora foi fundamental para a formação de núcleos urbanos no Brasil e resultou em uma mudança no eixo econômico do país. Em 1763, a capital foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro, que se tornou um entreposto entre a região mineradora e Portugal. Todo o ouro destinado à metrópole passava pelo Rio de Janeiro, consolidando a cidade como um importante centro econômico.

A mineração também fortaleceu o comércio interno do Brasil. Nesse período, surgiu o tropeirismo, um grupo de pessoas responsáveis por abastecer as regiões mineradoras com alimentos, gado, escravos, manufaturas e outros itens essenciais. Os tropeiros abriram diversos caminhos no interior do Brasil, estabelecendo acampamentos que muitas vezes deram origem a cidades atuais. Além disso, ela impulsionou o desenvolvimento da pecuária e da agricultura na região sul.

Politicamente, no auge da mineração, Portugal foi governado por Dom José I e seu primeiro-ministro, Marquês de Pombal. Influenciado pelo Iluminismo, Pombal implementou diversas mudanças no Brasil, incluindo a transferência da capital para o Rio de Janeiro, o fim das capitânicas hereditárias e a expulsão dos jesuítas. Essas reformas visavam modernizar a administração colonial e aumentar o controle sobre as atividades econômicas, especialmente a mineração.

A mineração criou uma verdadeira sociedade ao seu redor, sendo vital para a formação de núcleos urbanos. Do ponto de vista social, a mineração gerou a criação de uma nova classe social: a classe média, composta por comerciantes, profissionais liberais, funcionários do governo, advogados, médicos, farmacêuticos, sapateiros, artesãos, intelectuais, professores e artistas.

Após um período de auge durante o ciclo do ouro, a mineração entrou em declínio. Segundo Figueirôa (apud Coutinho, 1994, p. 43), "as nossas minas do Brasil se vão de dia em dia acabando; como mostra a experiência, muitas delas já não dão para as despesas". Esse declínio na exploração de ouro pode ser atribuído ao uso de técnicas rudimentares, que limitavam a extração mais profunda e segura das jazidas. Figueirôa (1994, p. 46) destaca que a precariedade técnica da atividade mineira foi um fator crucial para a decadência da produção de ouro e diamantes no Brasil durante esse período.

Com a influência do Iluminismo, percebeu-se a grande necessidade de modernizar as técnicas utilizadas na extração mineral. Para isso, era essencial proporcionar uma formação melhor aos mineiros e instruí-los de maneira mais eficaz. Segundo Figueirôa (1994, p. 47), em 1770, o governo português enviou três estudantes formados em Coimbra para uma viagem de estudos pelos principais centros científicos e mineradores da Europa. Essas viagens tinham como principal objetivo que esses homens aprendessem e aperfeiçoassem seus conhecimentos sobre mineralogia, o que seria fundamental para instruir outros mineiros.

Em 1808, a corte portuguesa se mudou para o Brasil, resultando em uma série de medidas que influenciaram diversos aspectos da vida brasileira. Durante esse período, o

governo criou a Real Fábrica de Ferro Gaspar Soares em Minas Gerais. No entanto, segundo Figueirôa (1994, p. 51), a siderurgia não se tornou uma atividade economicamente significativa.

Em 1810, técnicos alemães foram contratados para restabelecer a mineração em Portugal. Entre esses homens estavam Wilhelm-Christian Gotthelft von Feldner, Friedrich-Ludwig-Wilhelm Varnhagen e Wilhelm-Ludwig von Eschwege. Feldner chegou ao Rio Grande do Sul em 1811 para explorar as recém-descobertas minas de carvão do Rio Pardo. Em 1814, ele examinou depósitos de carvão no Recôncavo Baiano e, em 1816, pesquisou a ocorrência de ferros na Bahia. Através da carta régia, de 04/12/1810, criou-se oficialmente a Real Fábrica de Ferro de Ipanema. Em alvará de 01/10/1811 saiu também uma alvara, recomendando a criação de companhias para a exploração regular das minas com auxílio de máquinas apropriadas. Figueirôa (1994, p. 52).

Um balanço das iniciativas siderúrgicas empreendidas ao longo do século XIX revela a persistência de um problema já discutido: a falta de pessoal técnico qualificado, tanto para a direção dos trabalhos quanto para sua execução. Figueirôa (1994, p. 52) cita Bonifácio: "É hoje tal a cegueira e o desleixo sobre esta matéria que mui pouca gente há entre nós capacitada dos grandes proveitos que consigo trará a lavra regular das nossas minas e uma boa administração metalúrgica."

A criação de escolas de minas ou mesmo de cursos de engenharia de minas foi tardia, e até mesmo descompassada em relação ao desenvolvimento e importância econômica da atividade mineira para o país. Por um bom tempo, os engenheiros de minas formados pela Escola de Minas de Ouro Preto não conseguiram colocação no mercado, e foi mesmo necessário que se fizessem adaptações no currículo a fim de capacitá-los a atuarem também como engenheiros civis. Por outro lado, as empresas de mineração atuando nessa época no país, em sua maioria inglesas, traziam seus técnicos de fora. (Figueirôa 1994, p. 53)

De acordo com Lucas Magno (2015), o ordenamento territorial da mineração no Brasil envolve um complexo jogo de interesses econômicos, sociais e ambientais. A exploração mineral, historicamente vista como um motor do desenvolvimento econômico, trouxe consigo inúmeros conflitos ambientais que persistem até os dias atuais. A corrida pelo ouro, iniciada no século XVII, não apenas moldou a economia e a sociedade brasileira, mas também deixou um legado de degradação ambiental e tensões sociais.

As áreas mineradoras frequentemente se sobrepõem a territórios indígenas e áreas de preservação ambiental, levando a conflitos entre as empresas mineradoras e as comunidades locais. A legislação brasileira tem tentado acompanhar essa realidade complexa, mas muitas

vezes se vê insuficiente para garantir uma exploração sustentável e justa dos recursos minerais. Magno destaca que a falta de um planejamento territorial efetivo e a ausência de políticas públicas robustas para a gestão dos impactos ambientais resultam em degradação dos ecossistemas, contaminação dos cursos d'água e perda da biodiversidade, além de depreciar a saúde ambiental da sociedade.

Tentando compreender se é possível construir, operar e encerrar uma indústria de mineração sem um impacto social, ambiental e econômico, Vieira (2011) através de seus estudos, destaca Minas Gerais, Pará, São Paulo, Mato Grosso, Goiás e Bahia como os principais estados concentradores da produção mineral no Brasil.

Vieira (2011) ressalta que a exploração de jazidas minerais requer intervenções na superfície, o que pode desequilibrar biomas e ecossistemas, modificando as relações socioespaciais tanto localmente quanto, às vezes, regionalmente. Essas alterações podem ter consequências significativas para o meio ambiente e as comunidades locais.

O Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), em material publicado em março de 2008, afirma que os minerais são essenciais para o funcionamento da sociedade. Sem eles, seria impossível fabricar bens duráveis como eletrodomésticos e veículos, além de prejudicar a transmissão de energia elétrica desde a geração até o consumo. A exploração intensiva desses recursos, tem um importante papel no consumo desenfreado que caracteriza nossa era. A demanda incessante por minerais, impulsionada pelo crescimento econômico e pela busca por tecnologias cada vez mais avançadas, contribui para uma crise socioambiental global. A extração de minérios muitas vezes resulta em danos irreparáveis ao meio ambiente, desestruturação de comunidades locais e exacerbação de desigualdades sociais. Esse cenário expõe um paradoxo: enquanto a mineração sustenta a economia moderna e as demandas de consumo, ela simultaneamente compromete os recursos naturais e o bem-estar das futuras gerações. A sociedade precisa equilibrar a necessidade de minerais com práticas de consumo sustentável e responsabilidade ambiental, buscando alternativas que mitiguem os impactos negativos e promovam um desenvolvimento mais harmonioso e justo.

Vieira (apud Brum, 2011, p. 5) destaca que o subsolo brasileiro detém os seguintes percentuais do total mundial: 85% de nióbio, 12,2% de cassiterita (3ª maior), 11,1% de bauxita (3ª maior), 9,3% de caulim (4ª maior) e 8% de minério de ferro (5ª maior). Analisando esses dados é possível perceber que os minérios existentes no Brasil estão entre as maiores do mundo, tendo uma maior concentração nas regiões nordeste, centro-oeste, sudeste e norte.

A exploração de minérios na Amazônia gera disputas territoriais que têm inviabilizado completamente a sobrevivência dos povos originários, conforme Wanderley (2008). Enquanto essas comunidades valorizam profundamente os recursos da superfície, como a flora, a fauna e os aspectos culturais que sustentam suas vidas e identidades, as mineradoras, em contrapartida, concentram-se na exploração do subsolo para a obtenção de capital. Esse conflito de interesses resulta em impactos socioespaciais distribuídos de forma profundamente desigual, com os povos originários e as populações mais pobres suportando o maior fardo. A mineração não só altera drasticamente o meio físico - afetando paisagens, solo e vegetação - como também degrada a qualidade do ambiente, incluindo a água, o ar e o clima, com consequências devastadoras a curto, médio e longo prazo, como exemplificado pela desertificação na Bahia (Brum, 2000).

A atividade de mineração no Brasil é regulada pelo Decreto Lei nº 227, de 28/02/1967, conhecido como Código de Mineração. Este código inclui aspectos ambientais e sociais, especificados nos incisos do Artigo 47, que responsabilizam as mineradoras por danos a terceiros, segurança das habitações, controle das águas, prevenção da poluição e conservação das fontes:

Art. 47:

VIII - Responder pelos danos e prejuízos a terceiros, que resultarem, direta ou indiretamente, da lavra;

IX - Promover a segurança e a salubridade das habitações existentes no local;

X - Evitar o extravio das águas e drenar as que possam ocasionar danos e prejuízos aos vizinhos;

XI - Evitar poluição do Art., ou da água, que possa resultar dos trabalhos de mineração;

XIII - Tomar as providências indicadas pela Fiscalização dos órgãos Federais;

(DECRETO-LEI Nº 227, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967)

O Decreto Federal nº 97.632, de 10 de abril de 1989, exige a apresentação do Plano de Recuperação da Área Degradada (PRAD) juntamente com o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Segundo o decreto:

Art. 1º Os empreendimentos que se destinam à exploração de recursos minerais deverão, quando da apresentação do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e do Relatório do Impacto Ambiental - RIMA, submeter à aprovação do órgão ambiental competente, plano de recuperação de área degradada.

Art. 2º Para efeito deste Decreto são considerados como degradação os processos resultantes dos danos ao meio ambiente, pelos quais se

perdem ou se reduzem algumas de suas propriedades, tais como, a qualidade ou capacidade produtiva dos recursos ambientais.

Art. 3º A recuperação deverá ter por objetivo o retorno do sítio degradado a uma forma de utilização, de acordo com um plano preestabelecido para o uso do solo, visando a obtenção de uma estabilidade do meio ambiente.

(DECRETO Nº 97.632, DE 10 DE ABRIL DE 1989)

A Portaria nº 237, de 18 de outubro de 2001, alterada pela Portaria nº 12, de 22 de janeiro de 2002, estabelece a Norma nº 20, que trata da suspensão, fechamento e retomada das operações mineiras, determinando várias medidas preventivas. A recuperação de áreas mineradas é também regulada pela Constituição Federal (Artigos 20, 176 e 225), pela Lei Federal nº 7.805/1989 (Artigo 19), pelo Decreto Federal nº 99.274, de 6 de junho de 1990, e pela Lei Federal nº 9.605/1998 (Artigo 55).

O Código de Mineração foi modificado diversas vezes por legislações subsequentes, incluindo o Decreto-Lei nº 318/1967, Decreto-Lei nº 330/1967, Decreto-Lei nº 1.038/1969, Lei nº 6.403/1976, Lei nº 7.085/1982, Lei nº 7.805/1989, Lei nº 8.876/1994 e Lei nº 9.314/1996.

Em 2010, uma nova legislação foi proposta no Congresso Nacional, incluindo a substituição do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) pela Agência Nacional de Mineração (ANM), a criação do Conselho Nacional de Política Mineral, prazos para pesquisa e lavra, cobrança progressiva de taxa de concessão e delimitação de áreas especiais de mineração. No entanto, as alíquotas da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) não foram abordadas na nova lei.

Embora o cenário legal brasileiro, que inclui o Código de Mineração, o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) e a legislação ambiental, estabeleça normas claras para a exploração mineral, a realidade mostra um cenário de frequente descumprimento dessas regulamentações. As mineradoras, muitas vezes, negligenciam as obrigações socioambientais, impulsionadas pela busca do lucro rápido e pela falta de fiscalização efetiva. Como resultado, as comunidades locais continuam a sofrer com a degradação ambiental e a violação de seus direitos, evidenciando um abismo entre a teoria legal e a prática cotidiana.

Desde o nível nacional até o municipal, a mineração envolve uma complexa rede de articulações. Historicamente, essa atividade esteve entrelaçada com diferentes contextos econômicos e institucionais, tanto públicos quanto privados. Portanto, é essencial diagnosticar o setor mineral para revelar a já consolidada parceria entre o Estado e as empresas na formação dos territórios de extração mineral.

Segundo dados do (DNPM, 2016)

O Departamento Nacional de Produção Mineral no âmbito nacional registra um número aproximado de nove mil empresas mineradoras com 9.415 minas em regime de concessão de lavra. A produção mineral brasileira engloba cerca de 70 substâncias. Grande parte dessas empresas estão concentradas na região sudeste do Brasil. Existem quase duas mil lavras garimpeiras e 13 mil licenciamentos extrativos para areia, cascalho e argila. Além de 830 complexos de águas minerais. (Antonino, 2019, P. 136).

Muitos territórios de extração mineral encerraram suas atividades, deixando danos graves à saúde dos moradores e funcionários, além de impactos ambientais difíceis de reverter. Empresas de mineração em operação tendem a gerar futuros conflitos territoriais. Há uma evidente parceria entre o Estado, universidades públicas e empresas privadas, que favorece interesses particulares e lucros sobre o bem coletivo, priorizando o extrativismo predatório e o conhecimento científico voltado para a exportação. Esse sistema, construído pelo poder público e capital internacional, é analisado nesta tese, começando pelo debate sobre a formação do Estado nacional. A mineração envolve dinheiro e poder, segundo Antonino, (2019, P. 142).

Os negócios da mineração envolvem muito dinheiro, poder de decisões arriscadas, informações privilegiadas e áreas consideradas estratégicas. Vários desses projetos são financiados pelo próprio Estado ou em parceria público-privada, resultando em conflitos socioambientais deflagrados pelas atividades extrativistas-minerais.

Na mineração brasileira, a prioridade de exploração não é dada aos proprietários do solo ou posseiros, que representam a maioria das populações rurais e comunidades tradicionais. Segundo a legislação, o "princípio da precedência" estabelece que quem primeiro descobrir e registrar uma jazida mineral terá o direito de exploração. Esse sistema, em um país com grandes desigualdades como o Brasil, perpetua a concentração de riquezas. Por exemplo, um morador de uma comunidade rural na Bahia pode nunca descobrir que há uma jazida de cobre sob suas terras, e, assim, nunca poderá reivindicar seus direitos.

Após o "tsunami de lama" da empresa Samarco (Vale + BHP), em Mariana (MG), ficou mais evidente a necessidade de um olhar crítico para os desdobramentos socioambientais de grande porte que essas empresas de mineração podem causar. (Antonino, 2019, P. 147).

Antonino (2019) descreve esses dois casos como exemplos da prática criminosa de empresas que atuam no território brasileiro com a certeza da impunidade. Prefeituras que sequer conseguem gerir seus problemas territoriais anteriores à atuação de uma grande

mineradora, ao receber grandes empreendimentos acabam por aprofundar desigualdades sociais. Qual Secretaria Municipal de Meio Ambiente está preparada adequadamente, com profissionais e estrutura técnica-informacional, para lidar com as adversidades que a atividade extrativista carrega? Em regiões do sertão baiano, semiárido brasileiro, onde índices sociais são baixíssimos e a concentração de terra elevada, essa probabilidade é nula. Ou seja, o poder estatal da escala local é praticamente anulado, perde no campo de forças entre outros órgãos públicos superiores, que ditam as regras sobre o que será implantado. A chancela pública local é apenas performance, mera prática burocrática, “instância de primeiro grau” concebida para a sociedade pleitear seus direitos, porém já totalmente capitaneada pela hegemonia do empreendimento. Casos de exceção existem, mas sofrem com uma bruta reação do poder público superior e dos empresários envolvidos.

Embora o Código de Mineração e outras regulamentações estabeleçam normas para a exploração mineral, a fiscalização e a aplicação efetiva dessas normas são frequentemente insuficientes. A falta de recursos e de uma estrutura adequada de fiscalização pode levar ao descumprimento das normas ambientais e à degradação ambiental. As empresas mineradoras têm a responsabilidade legal de minimizar os impactos ambientais e sociais de suas atividades. No entanto, a falta de fiscalização rigorosa e a busca por lucro rápido podem levar a práticas que comprometem a qualidade do ambiente e a saúde das comunidades locais.

Casos como o rompimento de barragens em Mariana e Brumadinho expõem a fragilidade da legislação em garantir a responsabilidade das empresas por desastres ambientais. Esses eventos destacam a necessidade urgente de reformas legais e uma fiscalização mais eficaz para prevenir e mitigar os impactos desses desastres.

Para enfrentar os desafios da mineração no Brasil, é crucial implementar reformas legislativas que melhorem a eficácia da fiscalização e garantam a proteção dos direitos das comunidades e do meio ambiente. A adoção de práticas mais sustentáveis e a promoção de uma maior transparência e responsabilidade nas atividades mineradoras são passos essenciais para garantir um desenvolvimento mais equilibrado. O equilíbrio entre a exploração econômica e a responsabilidade ambiental deve ser uma prioridade, exigindo um comprometimento contínuo dos órgãos reguladores, das empresas mineradoras e da sociedade como um todo.

### **3. IMPACTOS DA ATIVIDADE MINERADORA EM MACEIÓ: O CASO DOS BAIRROS AFETADOS PELA EXTRAÇÃO DE SAL-GEMA**

Em 2018, Maceió foi surpreendida por rachaduras e afundamentos no bairro do Pinheiro após fortes chuvas em fevereiro. No dia 3 de março, um tremor de 2,4 graus na escala Richter foi registrado, sendo sentido em vários bairros da capital. Segundo o Corpo de Bombeiros, o abalo foi percebido nos bairros Pinheiro, Serraria, Farol, Bebedouro, Jatiúca e Cruz das Almas. Com o agravamento das rachaduras e dos afundamentos após o tremor, a Defesa Civil de Maceió foi acionada e iniciou uma série de estudos para determinar se as causas eram de origem natural ou resultado de ações humanas. Com o passar dos dias, os bairros de Bebedouro, Mutange, Bom Parto e parte do Farol começaram a apresentar problemas semelhantes de afundamento e rachaduras, levando-os a serem incluídos nos estudos. A conclusão das investigações revelou que esses eventos, embora naturais, foram agravados pelas atividades de extração de sal-gema realizadas pela mineradora Braskem. É a partir desse fenômeno publicizado inicialmente como “natural” que se dá início a toda história que seremos atingidos de forma tão violenta e perversa.

Para uma melhor compreensão dessa situação é importante entender a dinâmica econômica de Maceió, levando em consideração a construção histórica da cidade e as dinâmicas econômicas estabelecidas ao longo do tempo. A ocupação urbana da cidade aconteceu de forma simultânea com as atividades econômicas. Atividades comerciais ligadas à importação e exportação irão refletir diretamente em como a população irá se distribuir pelo território urbano, na medida em que os meios de transporte utilizados para tal se expandem. (Feitosa e Romeiro, 2023, p.4).

Feitosa e Romeiro (2023) descrevem que a lenta e gradual expansão da malha de transporte em Maceió foi determinante para a ocupação inicial da zona portuária e áreas próximas à ferrovia pela elite financeira da cidade. Essa ocupação ocorreu de acordo com o desenvolvimento dos equipamentos urbanos e do comércio, permitindo que a cidade acomodasse um fluxo crescente de população. A Lagoa Mundaú, uma importante localidade urbana, servia tanto como fonte de sustento para a população mais pobre quanto como atração para as classes mais abastadas. Nos bairros de Bom Parto, Mutange e Bebedouro, a linha férrea, destacada como um equipamento urbano comum, impulsionou o desenvolvimento dessas áreas. No entanto, cada bairro se desenvolveu de forma distinta: Bom Parto como um bairro operário vinculado à Fábrica de Tecidos Alexandria, Mutange através de especulação

imobiliária e construção do estádio do CSA, e Bebedouro como um centro cultural e político da elite alagoana. Os bairros de Pinheiro e Farol surgiram posteriormente como áreas residenciais para a elite, especialmente após a construção da Av. Fernandes Lima, que impulsionou o desenvolvimento econômico ao longo da via.

Segundo Ticianeli (2018) a Avenida Fernandes Lima foi construída no início dos anos 1920, durante o governo de Fernandes Lima. O trecho mais urbano da Estrada dos Automóveis - antiga Estrada do Jacutinga - foi renomeado após a realização das obras que a transformaram em uma avenida. Sob a supervisão do engenheiro estadual, Dr. Hollanda Cavalcante, no dia 21 de outubro de 1922, foram iniciados os trabalhos de levantamento da Avenida Fernandes Lima, no Alto do Farol. A ocupação da Avenida Fernandes Lima ocorreu de forma gradual até a década de 1970, quando a duplicação da via impulsionou o desenvolvimento da região. Nesse período, o bairro do Tabuleiro dos Martins começou a receber diversas indústrias e, também abrigou a Cidade Universitária da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), acelerando o crescimento econômico e urbano da área. A partir de então, diversos conjuntos habitacionais foram implantados na área, todos tendo como via de acesso ao centro da capital a Av. Fernandes Lima. Hoje, com muitos problemas de trânsito, perdeu parte do seu comércio, mas continua sendo a via mais importante da capital.

A Avenida que recebeu o nome de Fernandes Lima foi e ainda é alvo de muitos questionamentos. José Fernandes de Barros Lima, é natural de Passo de Camaragibe, nasceu em 1868, foi governador de Alagoas em 1918, e reeleito em 1924, além disso foi senador, deputado federal e estadual, exercendo mandatos entre 1892 e 1930, faleceu em 1938. Segundo Lins (2023) em 2023, o Ministério Público Estadual (MPE) instaurou um procedimento administrativo para verificar a legalidade do ato de nomeação da Avenida Fernandes Lima. Esse procedimento foi assinado pelos promotores de justiça Karla Padilha, Dalva Vanderlei Tenório e Lucas Carneiro e foi publicado na edição desta quarta-feira, 1º de fevereiro de 2023, do Diário Oficial da instituição. Essa ação teve como motivo o fato de que Fernandes Lima o líder da Liga dos Republicanos Combatentes, grupo paramilitar responsável pela Quebra do Xangô em 1912, fosse homenageado por exercer um ato violento de intolerância religiosa em Alagoas que destruiu terreiros e perseguiu brutalmente adeptos de religiões de matriz africana. Esse ato de intolerância religiosa que acometeu a capital alagoana infelizmente não é uma prática isolada no estado. Diversas são os acontecimentos de intolerância religiosa, racial, de gênero e tantos outros que ainda hoje ocorrem na cidade. Esses acontecimentos ajudam a entender a organização social e política que a capital alagoana

se assenta, o que reverbera na estrutura de apropriação e crime ambiental que irá compor a narrativa de Maceió.

A partir de 1950, houve um aumento no fluxo migratório na cidade em decorrência da expansão do cultivo de açúcar nas zonas de tabuleiros. A população estava em busca de locais com baixo valor imobiliário, e esses locais acabaram por promover a expansão demográfica em grotas e encostas. Nessa época, também inicia os planos de incentivo a industrialização, que se concretiza com a criação Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1959. Feitosa e Romeiro (2023)

Segundo Feitosa e Romeiro (2023) durante a década de 1960, o governo militar no Brasil demonstrou claramente sua intenção de estimular a ocupação e a formação de espaços urbanos, evidenciada pela criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) logo após o golpe de 1964. Em Alagoas, foram estabelecidos o IPASEAL em 1962 e a COHAB-AL em 1966, ambos atuando como promotores dessas políticas habitacionais no estado. Nos anos 1970, Maceió experimentou um crescimento populacional e urbano significativo, com a elite migrando para áreas litorâneas valorizadas, enquanto o Estado buscava reduzir o déficit habitacional com novos conjuntos para a classe média-baixa. Após o fim da Ditadura Militar em 1985, o Brasil passou por mudanças políticas e institucionais significativas. A Constituição Federal de 1988 ampliou os direitos dos trabalhadores rurais, o que contribuiu para o aumento do êxodo rural e, conseqüentemente, para o crescimento da população nas capitais. No entanto, a produção de habitações populares ainda não conseguiu acompanhar a demanda. Na década de 1990, iniciativas privadas com interesses imobiliários promoveram a expansão das cidades, mas frequentemente deixaram de lado as camadas populares. A partir dos anos 2000, a Política Urbana Nacional foi marcada pela implementação do Estatuto da Cidade em 2001, pela criação do Ministério das Cidades em 2003 e pelo Programa Minha Casa Minha Vida em 2009, refletindo um esforço maior para enfrentar os desafios habitacionais e urbanísticos.

Para compreender o contexto do início da mineração em Maceió, é essencial considerar a trajetória industrial do Brasil, que começou a se consolidar durante a era Vargas. O crescimento industrial estava predominantemente concentrado na região sudeste, especialmente em São Paulo. No entanto, a partir de 1958, com a criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), e em 1959, com a fundação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), surgiram políticas de

desconcentração produtiva, que buscaram estimular o desenvolvimento industrial em outras regiões, particularmente no Nordeste.

É nesse contexto que a partir da descoberta da sal-gema em 1943 em Maceió que se inaugura uma das maiores problemáticas socioambientais da capital alagoana. Segundo Doidato (2017), após a descoberta de sal-gema em Maceió, o empresário Euvaldo Luz, ao acompanhar as perfurações realizadas pela CNP que buscava delimitar as áreas onde o minério poderia ser encontrado, notou que uma das brocas utilizadas continha fragmentos desse minério. Com isso, em 1944, ele solicitou ao Governo Federal a concessão de um terreno para sua exploração. No entanto, a área já havia sido cedida a um grupo estrangeiro há 22 anos. Como o grupo não explorou o local durante esse período, após o fim do prazo, Euvaldo Luz fez uma nova solicitação, que foi aprovada. Com a concessão, foi elaborado um projeto para exploração comercial das vastas jazidas de sal-gema. Esse plano incluía a construção de uma indústria que utilizaria o minério como matéria-prima, no entanto esse projeto precisava da aprovação do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI).

Euvaldo Luz criou a EULUZ S.A., grupo em que ele era o principal acionista. A empresa visava atender o projeto Salgema Indústrias Químicas Ltda. Em busca de investimentos estrangeiros, o grupo se uniu em 1966 com a UNION CARBIDE que, após aprovação da SUDENE ocorrida em 1968, adquiriu 50% da participação da Salgema Indústrias Químicas Ltda. No mesmo ano de sua aprovação, o grupo se retirou do projeto, entrando em seu lugar a DU PONT com o aval da SUDENE. Em 1971, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico entrou no projeto para dar apoio técnico e financeiro.

Segundo o autor, durante o projeto surgiu uma questão importante a ser resolvida, a escolha entre a utilização de células de mercúrio mais poluente de menor custo, ou a célula de diafragma menos poluente, porém de maior custo. A questão só foi resolvida após a entrada da Petroquisa no projeto, que resolveu o impasse optando pelo uso de célula de diafragma, menos poluente. Essa participação também resultou na saída do grupo EULUZ e na liderança da DU PONT, enquanto a maioria das ações passou ao controle do BNDE e da Petroquisa, tornando a Salgema estatal. Paralelamente, problemas relacionados ao transporte marítimo de cloro levaram à criação de um sistema de queima e diluição de ácido para evitar riscos ecológicos. Em 1976, o Governo Federal consolidou a construção de um Complexo Químico Integrado em Alagoas, viabilizando a diversificação industrial do estado, com a Salgema como fornecedora de insumos. A Petroquisa também iniciou a construção de uma unidade de

DCE para transformar cloro e álcool em dicloroetano, uma substância mais segura para transporte.

A Salgema Indústria Química S/A entrou em operação em 1977, com capacidade de produção comercial de 250 mil t/ano, não podendo transportar os insumos clorados que eram lançados ao mar. Já a unidade de DCE entra em operação dois anos depois, utilizando os insumos clorados que eram lançados ao mar, a princípio utilizando o eteno proveniente do Polo Petroquímico de Camaçari. Doidato (2017).

Segundo Doidato (2017) a composição acionária da Salgema Indústria Química S/A em em 1989, possuía a seguinte composição acionária: a Petroquisa detinha 23,21%; a Petroquímica do Nordeste S.A (Copene), 27,07%; a Nordeste Química S/A (Norquisa), 26,51% e a Petroquímicas do Brasil S/A – EPB, que pertencia ao Grupo Odebrecht, 23,21%.

As operações só iniciaram a partir de 1977, segundo Feitosa e Romeiro (2023) ao discorrer sobre o Pólo Cloroquímico de Alagoas (1997), sua criação e os seus efeitos econômicos, destaca os incentivos fiscais e financeiros oferecidos à empresas do PCA:

- a) isenção do imposto de renda (I.R.), incidente sobre o lucro de exploração, por um prazo de dez anos, a partir do exercício financeiro seguinte ao que o empreendimento entrar em operação. Esse prazo pode ser prorrogado por mais cinco anos;
  - b) redução de 50% do imposto sobre importação (II.) e de 80% do imposto sobre produtos industrializados (I.P.I.), caso a SUDENE considere e empresa como interesse da região,
  - c) recursos do Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), que pode ser de até 50% do investimento total
  - d) financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB),
- A nível estadual, as empresas puderam contar com:
- a) redução do imposto sobre circulação de mercadorias (I.C.M.) caso a produção seja de bens sem similar no Estado. Desta forma, a redução é de 50% nos primeiro e segundo anos de operação, 40% no terceiro, 30% no quarto e 20% no quinto;
  - b) capital de giro a custo subsidiado, com recursos provenientes dos depósitos das empresas que gozam de redução do I.C.M. Feitosa e Romeiro (apud Lustosa, 2023, p. 7)

A instalação da Salgema no bairro do Pontal da Barra gerou forte oposição por parte dos moradores, entidades ambientais e até da Universidade Federal de Alagoas, que alertaram para os riscos ambientais iminentes associados à extração mineral na área. Embora a população se posicionasse contra a localização escolhida pela empresa, os conflitos mais

intensos ocorreram durante as décadas de 1960 e 1970, especialmente quando se começou a discutir a expansão do complexo industrial.

Dez anos após a criação da Salgema, a duplicação da planta gerou um confronto de interesses entre a empresa e os moradores do Pontal da Barra. A expansão levou à formação de diversas comissões, incluindo uma tentativa frustrada de instaurar uma CPI. A sugestão de um plebiscito para consultar a população sobre a expansão não avançou, em parte devido ao temor de que a empresa, com mais recursos, pudesse manipular a opinião pública. Mesmo sem o plebiscito, a Salgema buscou melhorar sua imagem por meio de doações e ações comunitárias, práticas que foram vistas como clientelistas e destinadas a criar uma aparência de responsabilidade social. Para resolver o impasse, a SALGEMA propôs a criação de um Cinturão Verde como barreira natural entre a indústria e as áreas habitadas. Porém, a possibilidade de o acesso ao bairro do Pontal da Barra ser dificultado por essa medida gerou ainda mais preocupação entre os moradores.

As principais preocupações dos moradores eram a desvalorização dos terrenos, o medo de perder suas casas em função da expansão ou mesmo da implantação do cinturão verde, além é claro do medo que parte da população tinha de não se adaptar à nova vida em outro lugar. Feitosa e Romeiro (apud Vieira, 2023, p. 8).

No início de 1990, começa uma privatização no setor cloroquímico, assim o Grupo Odebrecht assumiu o controle de diversas empresas, criando em 1995, a OPP Petroquímica, que assume o controle da Salgema Indústria Química S/A e da Companhia Petroquímica de Alagoas. Em 1996, é criada a Trikem S/A, substituindo a Salgema Indústria Química S/A. A Braskem surge apenas em 2002, com a integração de seis empresas, a Copene, OPP, Trikem, Nitrocarbano, Proppet e Polialden, criando em Alagoas a unidade Braskem Cloro Soda.

A Braskem é considerada a maior produtora de biopolímeros do mundo, com capacidade anual de 200 mil toneladas de plástico verde, a partir do etanol de cana de açúcar. Além disso, a empresa conta com mais de oito mil integrantes, 40 unidades industriais, 29 no Brasil, cinco nos Estados Unidos, quatro no México e duas na Alemanha. É a sexta maior petroquímica do mundo e a principal produtora de resinas termoplásticas (policloreto de vinila, polietileno e polipropileno) das Américas. Considerada a sétima maior empresa brasileira em termos de receita líquida de 2014, produz anualmente 16 milhões de toneladas de produtos químicos e petroquímicos básicos, como butadieno, propeno, eteno, entre outros. (Doidato 2017, p. 78)

Segundo Doidato (2017) A Braskem desempenhou papel central no desenvolvimento industrial de Alagoas entre 1990 e 2018. Herdeira da Salgema Indústrias Químicas, a empresa se consolidou como a maior produtora de cloro-soda e PVC da América Latina, ancorada nas vastas reservas de salgema do estado. Nesse período, o Polo Cloroquímico de Alagoas, liderado pela Braskem, diversificou e fortaleceu a cadeia produtiva da química e do plástico, ampliando a industrialização local e gerando milhares de empregos diretos e indiretos (O&B).

Contudo, esse desenvolvimento trouxe desafios. Nos anos recentes, a extração de salgema foi associada a tremores de terra e rachaduras em bairros de Maceió, afetando áreas como Bebedouro e Pinheiro. Estudos apontaram a ligação entre a mineração e a instabilidade do solo, o que gerou graves impactos sociais e econômicos. A crise culminou em 2018, com a suspensão de operações em áreas específicas e ações de reassentamento de moradores, marcando um ponto crítico na relação entre a Braskem e a comunidade local.

A exploração de sal-gema por quase cinquenta anos em Maceió levou ao afundamento dos solos, condenando as áreas afetadas e forçando a evacuação dos moradores dos bairros Pinheiro, Bebedouro, Mutange, Bom Parto e Farol. A diáspora resultante da desterritorialização forçada cria uma nova realidade social para as vítimas, onde a perda identitária e as questões de poder e resistência emergem como problemas graves que devem ser abordados.

Segundo Feitosa e Romeiro (2023) após os fenômenos geológicos que ocorreram na capital em 2018, a Defesa Civil e a CPRM chegaram a quatro hipóteses para explicar a subsistência do solo, entre elas estão as características dos solos e a ocupação urbana do bairro; a presença de cavidades naturais ou provocadas pela atividade humana no solo e subsolos estruturas tectônicas ativas como falhas geológicas e a exploração de água subterrânea. As pesquisas revelaram falhas geológicas associadas às inconsistências no preenchimento das cavernas subterrâneas utilizadas pela Braskem para a extração de minérios.

Segundo Cavalcante et al. (2023) a população foi evacuada enquanto se investigavam os riscos da área afetada. O Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM) determinou que a desestabilização das cavidades de extração de sal-gema pela mineradora Braskem S.A. causou o fenômeno geológico desconhecido. Outros quatro bairros - Pinheiro, Mutange, Bom Parto, e Bebedouro - também foram atingidos e incluídos no mapa de risco.

Em 2019, a Braskem, embora não tenha assumido a responsabilidade pelos eventos no bairro do Pinheiro, iniciou estudos utilizando sonares para verificar se as atividades de mineração realizadas pela empresa poderiam ter influenciado os fenômenos de subsidência do solo observados na região.

Segundo Feitosa e Romeiro (2023) o primeiro termo de cooperação (TC1) estabeleceu a doação de equipamentos de monitoramento para a Defesa Civil e o apoio para obras de infraestrutura no bairro do Pinheiro, incluindo a recuperação de vias, inspeção do sistema de drenagem, monitoramento do solo com equipamentos de alta precisão (DGPS), instalação de estação meteorológica e criação de uma sala de monitoramento. O segundo termo de cooperação (TC2), assinado em dezembro de 2019, expandiu essas atividades para os bairros Mutange e Bebedouro, que também apresentavam problemas estruturais relacionados ao terreno e à proximidade dos poços de extração mineral da Braskem. Em maio de 2019, a Braskem paralisou a extração de sal na fábrica do Pontal da Barra, retomando a atividade em 2021. Em novembro do mesmo ano, a área mais próxima à lagoa Mundaú, que inclui os bairros Mutange, Bebedouro e Bom Parto, foi identificada como área de resguardo. Mapas foram elaborados para demonstrar a abrangência do fenômeno, incluindo a área crítica em torno de 15 poços de extração.

A empresa desenvolveu o Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação (PCF) para desocupar preventivamente 500 imóveis e realocar cerca de 1.500 pessoas na área de resguardo, enquanto monitorava melhor a área crítica. À medida que os estudos avançaram, a área crítica foi subdividida em Zonas A a D, conforme acordo com o MPF, MPE, DPU e DPE em janeiro de 2020. Essa divisão resultou na desocupação de aproximadamente 4,5 mil imóveis e na realocação de 17 mil moradores. Feitosa e Romeiro (2023)

Após o laudo conclusivo emitido pelo CPRM em janeiro de 2020, a Braskem e o Conselho Nacional de Justiça firmaram o maior acordo extrajudicial do país, inicialmente no valor de R\$ 1,7 bilhões.

Segundo Feitosa e Romeiro (2023) em Maceió, o Censo de 2010 registrou uma população de 932.748 pessoas, das quais 61.497 residiam nos bairros afetados pela subsidência do solo, representando 6,6% da população da cidade. Uma projeção de 2017 indicou que, em 2020, a população total da capital seria de 1.061.330, e 59.495 pessoas estariam nos cinco bairros afetados, o que equivale a 5,61% da população. Essa pequena variação reflete a importância do evento. Em 2010, os moradores dessas áreas ocupavam

6,6% dos domicílios da capital, vivendo principalmente em casas próprias ou alugadas, com maior concentração em áreas de renda mais baixa.

O histórico das localidades mostra que, ao longo do tempo, a população de diferentes bairros manteve padrões de renda semelhantes desde o início do seu povoamento. A exceção é o bairro do Bebedouro, que começou como uma área de elite e, posteriormente, se transformou em um bairro de classe média trabalhadora, com a população mais rica se mudando para o bairro do Farol.

Segundo a análise de Feitosa e Romeiro (2023) a população dos bairros afetados e da cidade de Maceió revela dois grupos distintos: Bom Parto, Mutange e Bebedouro, caracterizados por níveis de renda baixos, típicos de áreas periféricas; e Pinheiro e Farol, com uma população de renda mais alta. A remoção desses bairros devido à subsidência do solo sugere que a reestruturação da cidade deve refletir proporcionalmente a distribuição da população deslocada.

Feitosa e Romeiro (2023) relatam que O Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação (PCF) da Braskem estabeleceu indenizações para danos materiais e morais, custeio de mudanças e criação de canais de comunicação com a população. O programa incluiu avaliações técnicas dos imóveis, auxílios financeiros para mudanças e moradia, além de compensações variando entre R\$ 10.000,00 e R\$ 40.000,00 para comerciantes, inquilinos e proprietários. Em 2020, a Defesa Civil Municipal passou a coordenar as demolições e evacuações, enquanto um acordo com o Ministério Público do Trabalho destinou R\$ 40 milhões para construção de escolas, creches e programas de capacitação profissional. A Braskem também agilizou a realocação de negócios locais, impactados pela necessidade de adaptação a novas áreas.

Segundo Feitosa e Romeiro (2023) até julho de 2022, a empresa lançou 16.468 propostas de compensação, das quais 14.550 foram aceitas e 12.961 indenizações pagas, totalizando R\$ 2,7 bilhões. Ações futuras incluem a ampliação das áreas de desocupação, reparações urbanísticas, preservação de patrimônios históricos e estabilização dos poços de sal. A empresa também se comprometeu a cuidar dos animais abandonados, em parceria com a UFAL. Apesar das medidas, críticas persistem, especialmente quanto às propostas de indenização, com alguns moradores resistindo à remoção antes de acordos satisfatórios serem firmados.

Em suas pesquisas, Cavalcante et al. (2023) chegou a conclusão que de que houve realmente um deslocamento compulsório da população após a assinatura do PCF - Programa

de Compensação Financeira - da mineradora, onde os moradores ao receber o valor da indenização oferecido pela Braskem eram obrigados a abandonar o imóvel.

É importante destacar que o acordo não atendeu aos interesses dos moradores, uma vez que nenhum deles teve qualquer voz no processo. Os moradores foram forçados a aceitar as condições impostas. O acordo beneficiou principalmente a mineradora, que, além de se isentar de responsabilidades jurídicas, realizou um investimento altamente rentável ao adquirir a propriedade de cada imóvel desocupado.

Segundo Cavalcante et al. (2023), ocorreu um processo de desterritorialização, no qual os moradores enfrentaram não apenas a mudança de moradia, mas também a ruptura de suas formas de sobrevivência. A realocação os distanciou de seus locais de trabalho, espaços religiosos, feiras livres, transporte ferroviário, tradições e culturas populares locais, além de romper com sua ancestralidade e a possibilidade de cultivar ou enterrar seus mortos, uma vez que até o cemitério Santo Antônio, no bairro do Bebedouro, foi interditado. Para os que foram realocados, Cavalcante (2022) descreve a experiência como uma condenação à anomia, onde tudo se torna novo e estranho, desalojando-os de seus lugares de afeto e memórias.

O autor argumenta, a partir de uma análise sociológica urbana e de uma sociologia de desastres, que o desastre da Braskem não ocorreu de forma abrupta, como é comum em muitos casos emblemáticos de desastres. Em vez disso, ele se desenvolveu de maneira gradual, o que também abriu caminho para diversas formas de mortandade:

Quanto a grande mortandade de pessoas, há que se pensa não apenas através da morte (física) das pessoas, mas de uma morte situada por entre a erosão dos tecidos sociais, quando pessoas e grupos, descontextualizados de suas relações socioculturais originárias, foram condenados a uma situação de "anomia", compreendida enquanto um fenômeno sociológico de desamparo, e assim, deslocados de suas relações afetivas estruturantes, são realocados em contexto de isolamento e deslocados de suas cadeias simbólicas, o que, involuntariamente, pode vir a engendrar situações existenciais propensas ao suicídio, às depressões, à loucura e a outros somatérios de desamparos. Cavalcante et al (apud Bezerra, 2023, p 5)

Para Cavalcante (2023) os afetados pela atividade desastrosa da Braskem resistiram o quanto puderam antes de aderir ao Programa de Compensação (PC). Contudo, após cinco anos do ocorrido, a maioria dos acordos foi assinada. Mesmo assim, os movimentos críticos à extração petroquímica permaneceram ativos, como o SOS Pinheiro, a Associação dos Empreendedores do Bairro do Pinheiro, o Movimento Unificado das Vítimas da Braskem, o

Ato de Luto e Luta, o Luto com Bebedouro, o Cotidiano Fotográfico, o Projeto Rupturas, entre outros movimentos sociais.

#### 4. MEMÓRIAS DE BEBEDOURO: ENTRE O PASSADO E O PRESENTE

Recentemente, assisti a uma série de televisão em que uma jornalista é designada para escrever uma matéria sobre um hotel centenário em Istambul, um lugar com 130 anos de história. Esse hotel foi palco de eventos históricos significativos, como a queda do Império Otomano, o surgimento da Nova República Turca e as duas Guerras Mundiais, transformando não apenas a cidade, mas também o mundo ao seu redor. O detalhe curioso é que, em sua primeira noite no hotel, a jornalista descobre que um dos quartos funciona como um portal para o passado, e cada chave que abre esses portais permite viajar para diferentes momentos históricos.

Ao longo da série, fiquei refletindo sobre sua história, e um questionamento surgiu: e se eu encontrasse um portal para o passado? Para qual momento da minha vida eu voltaria? E o que eu faria, sabendo que, independentemente do momento em que parasse, nada poderia ser alterado? Naquele momento não me veio nenhum momento em especial, então acabei deixando esses pensamentos para outro momento.

Dias depois, eu, meus avós e meu primo fomos almoçar na casa da minha tia, localizada no bairro do Farol. Para chegar lá, passamos pelo bairro de Bebedouro, que eu não visitava há algum tempo. Ao descer a ladeira Professor Benedito Silva, me deparei com um lugar que fez parte da minha vida por sete anos: o Colégio Evangélico Batista de Bebedouro, onde estudei do 6º ao 3º ano. No entanto, ao chegar ao local, encontrei apenas um espaço vazio, cercado por placas de alumínio.

Imagem 1: Colégio Evangélico Batista de Bebedouro em 2016 e 2024



Fonte: Google Maps

A escola foi demolida em 2023 por ser parte da área de desocupação e monitoramento determinada pela Defesa Civil de Maceió. Ao caminhar no bairro de Bebedouro, percebi que toda a área que frequentei diariamente por sete anos, no trajeto de ida e volta da escola, havia mudado. Os lugares que marcaram parte da minha vida não existem mais; toda a vitalidade do bairro foi sufocada, restando apenas um espaço frio, isolado e sem vida. Infelizmente, não há mais vida ali.

#### **4. 1 O bairro Bebedouro como meu espaço de vida cotidiana**

Minha história com o bairro de Bebedouro começa em 1987, com a chegada dos meus avós, “Barão” e Nailza, ao condomínio Bosque Mundaú, quando eu ainda nem havia nascido. Eles se mudaram com seus cinco filhos pequenos para o Condomínio Bosque Mundaú, a filha mais nova com apenas um ano e o mais velho com oito.

No início, meus avós pagavam aluguel, mas pouco tempo depois conseguiram comprar a casa. O condomínio tinha 34 casas, todas padronizadas e iguais. Aos poucos, cada família começou a reformar suas casas, meus avós, por exemplo, trocaram o piso vermelho por cerâmica, construíram novos cômodos, como um segundo andar e uma despensa. As casas evoluíram, refletindo as mudanças e os sonhos de cada morador.

Imagem 2 - Minha antiga casa no bairro de Bebedouro



Fonte: A autora

Quando meus avós chegaram ao bairro de Bebedouro, a estrada ainda era de barro, e as casas, apesar de iguais, eram simples. Com o tempo, a rua foi pavimentada, trazendo mais conforto. No início, um vigilante fazia a segurança apenas à noite, mas aos poucos a

comunidade foi crescendo e a segurança se intensificou. Nessa época tinha seu Seu Pedro, o zelador do condomínio. Ele era um senhor que todos ajudavam com pequenas contribuições semanais. Ele limpava o mato e tapava os buracos quando chovia, cuidando de tudo com dedicação. Abaixo uma imagem com a vista aérea do Condomínio:

Imagem 3 - Vista aérea do Condomínio Bosque Mundaú



Fonte: PJM Drones - imagens aéreas em 4K (2017)

Naquela época, já haviam poços da Braskem (na época, ainda chamados de Sal-Gema ou Triken), mas ninguém falava sobre os riscos. Sabíamos que era extraído o sal-gema, mas nunca imaginávamos que isso poderia ser perigoso.

O terreno que rodeava o condomínio - chamado pelos moradores de “sal-gema” - haviam alguns encanamentos, e um desses possuía uma torneira que saía água salobra. Nas épocas em que faltava água, Petrúcio - que era eletricitista na Petrobras e um morador do condomínio - abria a torneira nos canos da braskem e as crianças aproveitavam para tomar banho.

Segundo era dito aos moradores, o trabalho da Sa-Gema, depois Triken até chegar a Braskem era retirar o sal-gema e depois que era retirado esses buracos que a extração deixava era preenchido com essa água salobra que as crianças usavam para tomar banho durante as faltas de água. Apesar disso, nenhum dos moradores tinha medo de morar nessa área, eles acreditavam que a empresa estava trabalhando de maneira certa e segura.

A relação entre os vizinhos era de uma grande família. Todos se ajudaram, as crianças cresceram juntas, e as festividades, como as festas de São João, foram comemoradas coletivamente, com muita alegria e união. Meus tios e meus pais tiveram o “privilégio” de crescer nesse ambiente seguro, onde podiam brincar livremente de bola, chimbra, boneca,

carrinho e outras brincadeiras da época. Eu também tive a sorte de viver essa infância nas ruas do condomínio, brincando com minhas amigas o dia inteiro, sem medo.

Imagem 4 - Ensaio dos jogos internos na pracinha



Fonte: A autora

Naquela época, a internet e os celulares ainda não eram de fácil acesso e não faziam parte do nosso cotidiano, nossa infância era vivida intensamente nas ruas do Bosque. Essa é apenas uma pequena parte da história da minha família com o bairro de Bebedouro.

Encostando a porta que abri nesse emaranhado de lembranças, volto a recordar a série que me inspirou a fazer essa volta a esse mundo que violentamente silenciou minha família, meus vizinhos e todos que ali sempre moraram. Voltar a série e elegê-la como inspiração a essa viagem ao tempo demandou de mim um exercício de revisitar momentos importantes, foi então que me veio um estalo: e se eu tivesse uma chave que me permitisse voltar a qualquer um dos anos em que a Braskem era apenas uma empresa localizada perto da minha casa? Uma época em que a empresa se revelava apenas uma vizinha inofensiva. O que eu faria?

Se essa chave me levasse entre os anos de 2010 e 2016, meu dia começaria com a rotina escolar. Dependendo do ano, eu ia de carona com dois vizinhos que também estudavam na mesma escola ou caminhava a pé com minha avó, especialmente depois que esses vizinhos concluíram o 3º ano. Ao chegar à escola, a rotina era sempre a mesma: todos os estudantes se reuniam no pátio, formando filas de suas respectivas turmas, aguardando os professores nos levarem até as salas de aula.

Após quatro aulas, chegava a tão esperada hora do recreio. Saíamos correndo pelos corredores, descendo as escadas em um empurra-empurra, todos ansiosos para ser os primeiros na fila da cantina, garantindo mais tempo para comer e conversar durante o intervalo. Depois, voltávamos novamente às salas para as últimas duas aulas, contando os minutos até finalmente podermos ir para casa.

Reviver esses momentos seria como abrir um capítulo nostálgico da minha infância, onde a simplicidade da rotina escolar se misturava à inocência de quem ainda não conhecia os

riscos e desafios do lugar que morava desde criança, lugar que revelava segurança, acolhimento e que por isso se distanciava de tudo que víamos num mundo cada vez mais conflituoso e perverso, cada dia era uma nova aventura, e cada passo que eu dava entre a escola e minha casa era uma parte essencial da minha história.

Durante sete anos, minha rotina era marcada pelas manhãs na escola e pelo caminho de volta para casa, um trajeto que, embora repetitivo, estava repleto de pequenos momentos que, na correria da adolescência, frequentemente passavam despercebidos. Era nesse cotidiano que as minhas referências espaciais estruturavam minha vida, minhas relações de amizade; de vizinhança e de pertencimento.

Se eu pudesse escolher algumas chaves para o passado, a primeira certamente abriria a porta para uma sexta-feira qualquer de 2012, precisamente às 9h40. Às sextas feiras tinham apenas 3 aulas e por isso largávamos mais cedo, e uma tradição que eu e dois grandes amigos cultivávamos religiosamente ganhava vida: íamos tomar sorvete no Ponto Frio, uma pequena lanchonete ao lado da Panificação Industrial. A caminhada até lá era curta, mas cheia de conversas leves e risadas fáceis, como se o trajeto fosse parte da própria experiência, quase tão doce quanto o sorvete que nos esperava.

Sentados à mesma mesa de sempre, com colheres mergulhando nas taças geladas, trocávamos histórias frescas da semana e nos divertíamos com as trivialidades da vida. Aquele tempo juntos parecia infinito, como se o mundo parasse por algumas horas só para nós. O que, à primeira vista, parecia simples, se revelava profundamente significativo — a pura alegria da infância vivida em momentos que, embora rotineiros, tinham um peso imenso no nosso crescimento.

Dentro da lanchonete, podíamos ouvir o burburinho das pessoas passando pela rua Cônego Costa, misturado ao som do trânsito constante, já que a rua era sempre movimentada. O bairro pulsava com vida, e naquele microcosmo de colheres geladas e sorrisos despreocupados, tudo parecia em perfeita harmonia. Era uma pausa na correria, um momento leve e feliz, que refletia a simplicidade e a beleza das coisas pequenas, mas que, vistas com os olhos de hoje, ganham uma profundidade inesperada.

Naquela época, era comum que, em muitos dias, nós três passássemos por uma pequena lojinha chamada D'Mais. Ali, aproveitávamos para comprar materiais escolares: canetas decoradas com bichinhos, lápis, borrachas e qualquer outro item que fosse o mais diferente possível, lembro bem que eu e Renata sempre saíamos com algum novo material,

por mais que já tivéssemos o suficiente. Mas a D'Mais não era o único lugar onde fazíamos essas comprinhas.

Ao atravessar a rua e passar por algumas outras lojas, chegávamos à papelaria São Lucas, outro local onde adorávamos explorar as prateleiras em busca de novidades. Essas duas lojinhas faziam parte do nosso cotidiano e era quase uma tradição semanal visitar ambas, ao menos uma vez, para ver os novos materiais de papelaria. Era mais que uma simples compra — era um ritual que reforçava nossa amizade e tornava cada item adquirido um pequeno tesouro que carregávamos para a escola. Abaixo deixo um desenho de como era o trajeto do Colégio Evangélico Batista de Bebedouro até o Condomínio Bosque Mundaú:

Croqui 1 - Caminho feito do Colégio Batista de Bebedouro até minha casa no Condomínio Bosque Mundaú





Fonte: A Autora

Um outro momento importante que eu adoraria revisitar não tem uma data ou um ano específico. Poderia ser em qualquer manhã entre 2010 e 2016. Eu voltaria para aqueles dias em que parava no carrinho da Maria para comprar um lanche depois da escola. Inúmeras vezes saí de lá com um saquinho de guarina e uma coxinha ou pastel nas mãos.

Essa não era apenas uma tradição minha, mas de centenas de estudantes do bairro de Bebedouro, especialmente para os alunos da Escola Bom Conselho, que apesar de eu nunca ter estudado nessa escola, meu pai e meus tios estudaram, e pelas histórias contadas a coxinha da Maria também fez parte de suas histórias, ela estava ali há anos, no mesmo lugar, com os mesmos salgados. Seus lanches eram mais do que uma simples refeição; eram uma parte da nossa rotina, um ponto de encontro e um pequeno prazer diário que nos unia. Os salgados da Maria nunca serão esquecidos, assim como ela, que fez parte de um pedaço importante da história do bairro e da vida de tantos alunos que passavam por ali.

Caminhar por qualquer parte do trajeto entre o Colégio Evangélico Batista de Bebedouro e o Condomínio Bosque do Mundaú — onde morei até abril de 2020 — sempre foi uma experiência de tranquilidade. Embora o percurso fosse movimentado, com muitas pessoas passando e o trânsito constantemente intenso, havia algo de especial naquele caminho. Eu passava pela Igreja Santo Antônio e, em algumas ocasiões, ao meio-dia, o som do sino ecoava pela rua, criando um momento de pausa na agitação. As banquinhas de revista também faziam parte da paisagem, onde eu aproveitava para comprar álbuns e figurinhas do RBD. Além disso, havia os mercadinhos, farmácias, açougues e até um chaveiro, todos pontos familiares que compunham o cenário. Passava todos os dias por casas antigas, cheias de história, que eram testemunhas silenciosas dessa rotina, representando a tradição e o passado do bairro.

Se eu pudesse ter outra chave para o passado, escolheria um momento em que Bebedouro e minha casa localizada no condomínio Bosque Mundaú transmitiam uma sensação de conforto e segurança, como se nada pudesse nos atingir. Voltaria para encontrar aquela garota inocente que eu era, feliz ao ver a porta entreaberta no caminho de volta da escola. Para mim, aquilo era apenas uma oportunidade de cortar metade do percurso, atravessando a área da Braskem, despreocupada até chegar em casa. Na época, eu via o local como um simples atalho, sem imaginar o perigo que ele representava. Hoje sei que a porta da "sal-gema", era a porta de entrada para uma das áreas de extração de sal-gema, que hoje está condenada por existir minas, a 3, a 9, a 12 e a 13. Lá estava eu cercada entre as minas, em risco e totalmente alheia a todo o perigo. Mas quem deveria me proteger? O poder público, as escolas, as universidades, os conselhos ambientais de regulamentação?

Imagem 5 - Localização das minas de Sal-Gema da Braskem no Condomínio Bosque Mundaú



Fonte: Braskem (2024)

Nas imagens abaixo, conseguimos compreender melhor o atalho que usei muitas vezes para cortar caminho e chegar em casa mais rápido, ao passar pelo “portão da Sal-Gema”

minha visão era o portão marrom da minha casa, ele funcionava como um segundo acesso, desta vez diretamente para minha casa. Vale destacar que a área da Sal-Gema circundava todo o condomínio, porém, os moradores só podiam acessar essa área através do “portão da Sal-Gema” ou pela porta da minha casa.

Imagem 6 - Portão usado para cortar caminho para chegar em casa



3380 Av. Maj. Cícero de Góes Mo...



Fonte: Google Maps (2019)

Imagem 7 - Portão de casa



3380 Av. Maj. Cícero de Góes Mo...



Fonte: Google Maps (2019)

## 4.2 - Os mapas como linguagem de poder

Voltando ao passado, logo após o tremor que atingiu parte da cidade de Maceió no ano 2018, o bairro de Bebedouro ainda representava segurança e conforto. Apesar do susto, o

bairro demorou um pouco para apresentar “qualquer sinal de ameaça”. Os primeiros problemas decorrentes do tremor começaram no Bairro do Pinheiro, onde diversos lugares apresentavam rachaduras e afundamentos. Com isso, diversos estudos começaram na área para buscar compreender o motivo desses problemas. Em janeiro de 2019, foi divulgado pela Defesa Civil o “mapa de feições de instabilidade do bairro Pinheiro”, elaborado por meio de estudos feitos pelo Serviço Geológico do Brasil, o mapa dividiu o bairro do Pinheiro em 03 zonas principais, vermelha (alto risco), laranja (médio risco) e amarela (baixo risco), como pode ser visto no mapa abaixo:

Mapa 1- mapa de feições de instabilidade do bairro Pinheiro



Fonte: Defensoria Pública-Geral da União

De acordo com esse mapa, apenas as áreas destacadas eram consideradas afetadas pelo tremor até aquele momento, áreas essas que correspondiam à região do bairro do Pinheiro. Quando o mapa foi divulgado, os moradores do condomínio iniciaram uma série de conversas e discussões, tentando entender por que nossa área não aparecia nele. Estaríamos realmente em uma área segura? Aqui também tínhamos sentido "tudo tremer". Será que não havia problemas no bairro de Bebedouro? O mapa era um reflexo da realidade ou era um

instrumento de poder da Braskem? A partir daí, todos começaram a buscar respostas. Vivíamos próximos a uma área de extração de sal-gema, cercados por minas. Será que a Braskem não teria responsabilidade por esses tremores e pelas condições da região.

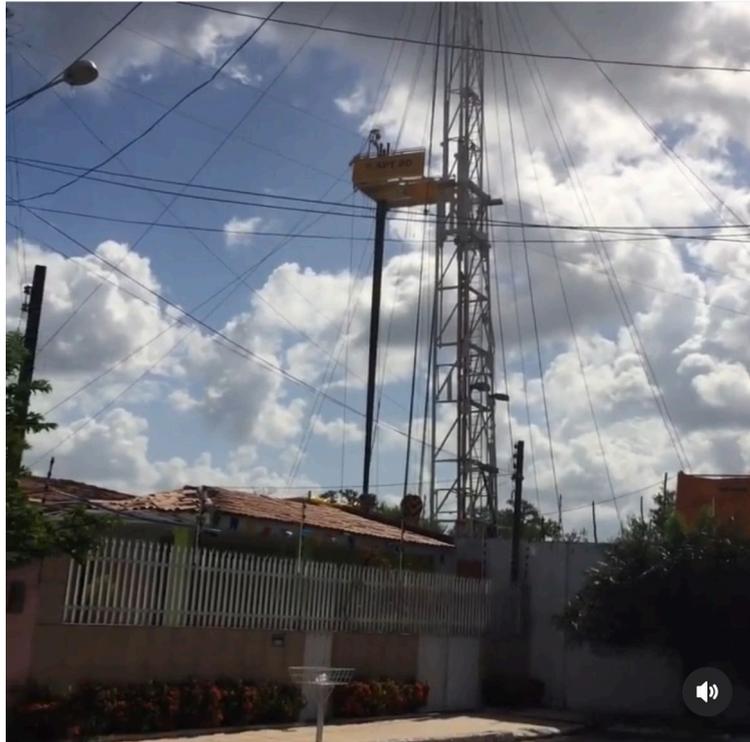
Em busca de respostas, uma das opções pensadas foi uma conversa com representantes da empresa Braskem, pois até então sempre fomos bons vizinhos, por que não falar com ela? A reunião foi marcada com representantes da empresa. Nessa reunião foram 2 representantes, um advogado e uma mulher que pelo que recorde trabalhava na Diagonal, empresa contratada pela Braskem para ajudar nessa ponte entre moradores e a empresa. Nessa reunião nada de novo foi falado, a empresa garantiu que não tinha nada a ver com o tremor, disse que esse tremor aconteceu por causas naturais, que a empresa estava fazendo diversos estudos para provar que não era culpada. A reunião obviamente acabou em briga, um dos moradores quase partiu para cima do advogado, ele estava revoltado com a resposta padrão dada pela empresa. Essa com certeza não foi a primeira vez que algum morador se exaltou com a empresa. Nas fotos abaixo, é possível ver como a Braskem fazia parte de nossas vidas:

Imagem 8 - Visão da minha casa e dos equipamentos da Braskem



Fonte: A autora

Imagem 9 - Equipamento da Braskem visto do Condomínio Bosque Mundaú



Fonte: SOS.bosquemundaú

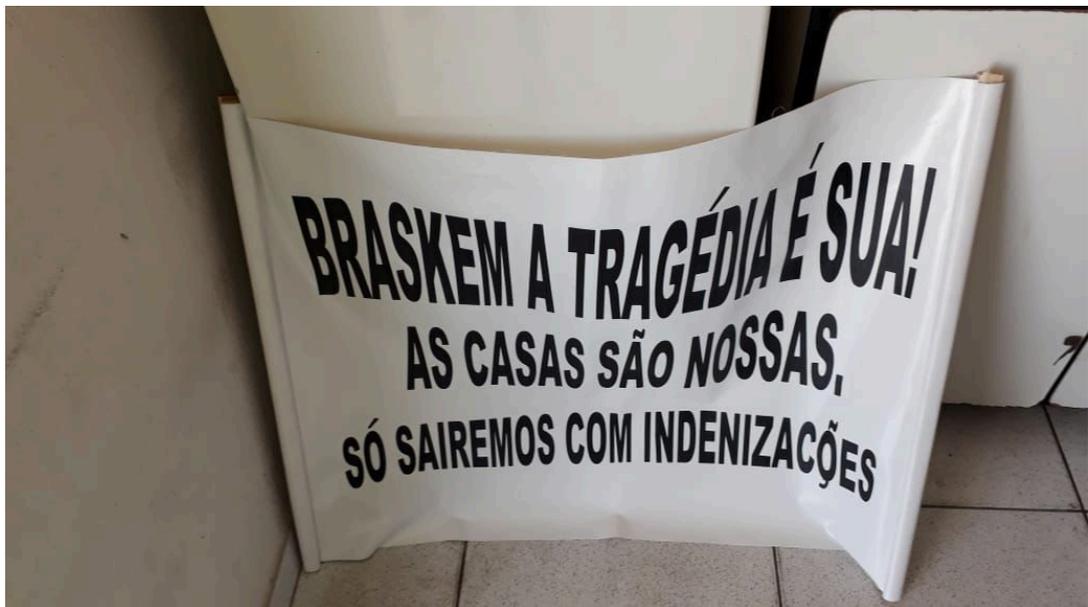
Durante esse período que ficamos realmente vizinhos da Braskem, ouvimos diversos barulhos de seus maquinários. Numa noite e grande parte de um dia sentimos um cheiro enorme de etanol no ar até descobriremos pelos trabalhadores da Braskem que houve um derramamento de combustível. Vimos as paredes de algumas casas cheias de sal, a torneira da minha casa começou a minar uma água preta, a rua começou a abrir buracos que jorravam água, o muro da pracinha do condomínio caiu, e a água começou a tomar conta da pracinha. Durante todo o período de estudos, os moradores do Condomínio não pararam de buscar respostas por todos os canais de informações possíveis, em grupo de moradores com representantes da empresa, buscando notícias com a própria empresa e conversando com pessoas que trabalhavam na Braskem para encontrar respostas. Neste período, moradores colocaram faixas no condomínio, como forma de protesto e foi criada uma página na internet. Na foto abaixo, é possível visualizar como a “pracinha” ficou quando a água começou a “invadir” o Condomínio. Além disso, nas outras fotos podemos ver as faixas de protesto que foram colocadas no Condomínio e também o instagram criado por moradores para chamar atenção das pessoas mostrando o que estava ocorrendo com o Bosque.

Imagem 10 - Pracinha alagada



Fonte: A autora

Imagem 11 - Faixa feita por moradores e colocada na portaria do condomínio



Fonte: A autora

Imagem 12 - Faixa colocada na casa da Dora, ex-moradora do Condomínio



Fonte: Sos.Bosquemundau

Imagem 13 - Pagina do Condomínio no instagram



Fonte: Sos.Bosquemundau

No dia 07 de junho de 2019 foi divulgado o Mapa de Setorização de Danos e Linhas de Ações Prioritárias de julho de 2019, e foi somente a partir desse mapa que Bebedouro é incluído nas áreas de risco. A partir desse momento que realmente caiu a ficha que o Condomínio Bosque Mundaú era uma área de risco. No mapa o Condomínio estava destacado em azul claro, que era uma zona de alagamento, com danos de insalubridade e perda de funcionalidade das edificações, como apresenta o mapa abaixo:

Mapa 2- Mapa de Setorização de Danos e Linhas de Ações Prioritárias



SETORES	CARACTERIZAÇÃO	DANO
SETOR 0  CRITICIDADE 00  CRITICIDADE 01	Zona de fraturamentos e processos erosivos	Colapso e patologias em infraestruturas
SETOR 01  CRITICIDADE 00  CRITICIDADE 01	Zona de Movimento de massa	Colapso e patologias em infraestruturas
SETOR 02  CRITICIDADE 00  CRITICIDADE 01	Zona de Alagamento	Insalubridade e perda de funcionalidade das edificações
SETOR 03  ZONA DE DOLINAMENTO	Colapso	Colapso e patologias em infraestruturas

Este mapa é dinâmico e que as áreas de monitoramento podem ser aumentadas a medida em que forem sendo apresentadas novas evidências de avanço do problema. Imagem de base do m

CRITICIDADE	LINHAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS	CRÉDITOS TÉCNICOS
- Criticidade 0 – Área de fraturamento intenso, processos erosivos e patologias em edificações já identificadas (mapa de feições). - Criticidade 1 - Áreas de passível expansão dos processos erosivos e de patologias estruturais em edificações e demais infraestruturas.	Realocação, controle dos processos erosivos, monitoramento e alerta.  Monitoramento, podendo incorrer em realocação dos moradores da edificação ou de áreas inteiras.	<b>Mapa de Setorização de Danos e de Linhas de Ações Prioritárias</b>  <b>Versão 1</b> Junho de 2019  Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM), Fuso 25S Origem da quilometragem UTM: Equador e Meridiano Central 39° W. Gr., acrescidas as constantes 10000 km e 500 km, respectivamente.  Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil   
-Criticidade 0 –Encosta do Mutange e do Jardim alagados: • Zona de deformação; • Falhamento geológico; • R3 e R4 CPRM 2012/2017.	Realocação, monitoramento, alerta e alarme.	
- Criticidade 1 – Gruta do Padre e Cardoso: • R3 e R4 CPRM 2012/2017.	Monitoramento, alerta, alarme e realocação.	
- Criticidade 0 - Áreas já alagadas	Realocação, monitoramento e alerta.	
- Criticidade 1 – Área passível de alagamento	Monitoramento, podendo incorrer em realocação dos moradores da edificação ou de áreas inteiras.	
- Criticidade 0 – Área passível de colapso das minas de extração de sal	Monitoramento, alerta, alarme e realocação.	

o do mapa data 10/11/2016 R3 E R4 - Setores de Movimento de Massa

Fonte: Defesa Civil

A cartografia desempenhou um papel fundamental para os moradores dos bairros afetados pela mineração, pois foi por meio dela que se conseguiu identificar, delimitar e comunicar as áreas de risco. Porém, como instrumento técnico e como linguagem gráfica demandava de um saber que a comunidade não detinha. É nesse momento que percebe-se mais uma vez a inoperância do papel da escola. Espaço que deveria subsidiar debates sobre os riscos que estávamos vivenciando há anos, como também colaborar no entendimento de compreender a localização do bairro e de nossas casas no mapa assim como o identificar a partir da legenda qual o tipo de risco ambiental estávamos vivenciando. A partir de muita desinformação e desconhecimento e dificuldade para compreender a linguagem cartográfica, os mapas ajudaram na Identificação e Monitoramento das Áreas de Risco. Os mapas possibilitaram uma análise geológica e estrutural da região, destacando os locais mais afetados e os que estavam sujeitos a maior vulnerabilidade. Isso foi crucial para priorizar ações emergenciais, como a evacuação de moradores e o planejamento de intervenções.

É com a divulgação do mapa acima que finalmente “entramos na área de risco”. Com isso, muitos moradores do condomínio começaram a sair de suas casas, através do auxílio-aluguel, mediante recursos federais. É importante frisar que esses moradores saíram de suas casas sem qualquer garantia de indenização e sem nenhuma resposta da mineradora sobre esse novo mapa de risco. O dia 15 de novembro de 2019, uma sexta-feira, marcou minha família de maneira definitiva. Às 5 da manhã, estávamos todos reunidos em frente à casa número 62 do condomínio Bosque Mundaú, prontos para uma viagem planejada a Juazeiro do Norte. Seria um fim de semana em família, visitando as igrejas, a estátua de Padre Cícero, a casa dele e outros pontos importantes da cidade. Deveria ser um dia leve e alegre, mas, antes mesmo de sairmos, recebemos uma notícia que ninguém estava preparado para ouvir, neste momento nos enviaram um mapa, onde o Condomínio estava incluído na área de risco.

A divulgação do mapa teve um papel crucial para que os moradores compreendessem que estavam em uma área de risco, assim como o nível de criticidade da situação. O mapa marcou o início de um entendimento mais claro sobre a extensão dos danos e trouxe à tona discussões importantes sobre segurança. Novos mapas foram lançados, expandindo as áreas específicas como de risco.

A primeira reunião com a empresa ocorreu em dezembro de 2019, foi a primeira notícia sobre O Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação (PCF) da Braskem, depois disso começaram a ser marcadas reuniões individuais com os moradores na central do morador. Não posso falar nenhuma informação realmente concreta sobre esse acordo, uma vez que a empresa deixou claro que é confidencial, que após a assinatura os moradores, seus descendentes, os descendentes de seus descendentes e assim sucessivamente não podem soltar nenhuma informação acerca do Termo de Compromisso.

Qualquer informação sobre os acordos tem que ser mantidas em sigilo. Na reunião foi falado que o valor dos danos morais era um valor fixo para todos os acordos - valor esse que foi pago por núcleo familiar e não de forma individual - no entanto o valor do imóvel podia ser alterado a depender da situação. Na realidade não houve uma negociação real, os moradores que eram os mais interessados e foram os mais atingidos não foram chamados para a elaboração do acordo.

Tudo deve ser mantido em sigilo. O que posso dizer é que não fomos forçados a assinar esse acordo, claro que ninguém nos ameaçou ou algo do tipo, a verdade é que não havia conversa, ou você assina ou vai procurar seus direitos na justiça, não há uma conversa

ou um acordo. Meu avô em nossa reunião com representantes da Diagonal - empresa contratada pela Braskem para servir de conciliadora entre a empresa e os moradores - brigou com todos as pessoas presentes indignado com o acordo que nos foi proposto, foi um acordo vergonhoso, em que a empresa fez o que quis, propôs o que quis e ninguém conseguiu dizer nada.

Ao ler o acordo ficou evidente que os interesses dos maiores prejudicados não foram levados em consideração. Fomos obrigados a deixar nossas vidas, nossas casas, nossas histórias para trás sem dizer uma palavra sobre a situação. A verdade é que apesar de toda revolta com a proposta, tivemos que aceitar, eu e minha avó não tínhamos mais nenhuma condição psicológica de continuar naquele lugar. Ambas tínhamos diversas crises de ansiedade, estávamos presas, isoladas, as casas do condomínio estavam sendo fechadas, uma parte da Avenida Major Cícero de Góes Monteiro foi fechada, essa era a parte que dava acesso ao condomínio, e além disso estávamos no meio da pandemia de covid-19.

Apesar de eu não poder falar diretamente sobre o acordo assinado pela minha família com a Braskem, encontrei na internet um morador não identificado que quebrou o sigilo acerca do acordo, segundo a matéria, “O valor da indenização corresponde ao preço do imóvel afetado, de acordo com a avaliação feita por uma empresa contratada pela própria Braskem, mais R\$ 40 mil de danos morais.” Essa era a proposta da Braskem, o valor do imóvel, ou seja, o dano material mais o dano moral, que tinha o valor fixo de 40 mil. Não havia como realmente contestar essa proposta, ou o morador aceitava ou ele podia ir para a justiça, tendo a incerteza de algum dia receber a indenização e sabendo que teria que desocupar sua casa sem qualquer garantia. Na foto abaixo, temos uma parte do acordo, em que segundo a cláusula os moradores puderam negociar livremente o acordo, não sendo forçados ou coagidos a aceitar o acordo:

Imagem 14.1 - Cláusula do PCF - Programa de Compensação Financeira

10. Os **SIGNATÁRIOS** declaram que estiveram assistidos por seu respectivo(a) **PATRONO(A)**, que ora subscrevem o presente instrumento, desde o início das tratativas de acordo, que os termos deste **ACORDO** foram livremente negociados, não tendo sido forçados ou coagidos, de nenhuma forma, e que contempla todo o conteúdo da transação negociada, não havendo outra promessa ou acerto entre as partes que não os aqui apresentados.

Fonte: Intercept\_Brasil

No entanto, segundo Alexandre Sampaio (presidente da Associação de Empreendedores Vítimas da Braskem) a realidade não foi exatamente essa: “Ouvi que, se eu não quisesse aceitar, teria que esperar o resultado da justiça daqui a 20 ou 30 anos. Tem coação maior que essa?” Com isso, será que houve mesmo uma negociação?

Segundo o advogado Elmanuel de Freitas Machado, que representou vítimas nos acordos com a Braskem, o caso configurou uma venda forçada de imóveis, violando o direito à propriedade privada, “Eu só posso comprar o bem se você puser à venda. Nesse caso, o preço quem dá é você. O que a Braskem fez foi impor o valor que o proprietário deveria receber e pagou R\$ 40 mil de dano moral para ele calar a boca”. Ele acrescentou que o morador podia recusar o acordo e buscar uma resolução para o caso na justiça. Esse era um dos argumentos que os moradores dizem ter ouvido como uma forma de coação.

Outro ponto destacado pela matéria é que o documento a que o Intercept (site que divulgou a matéria) teve acesso tem 22 cláusulas, algumas delas com até nove parágrafos. As cláusulas sobre responsabilização judicial focam na vítima, exigindo sigilo e entrega de documentos, enquanto isentam a Braskem de processos atuais ou futuros. Três cláusulas amenizam a responsabilidade jurídica da Braskem e intimidam as vítimas a não contestarem seus direitos de justiça, mesmo diante de novos fatos que acabem por implicar a empresa nas tragédias que essas pessoas sofreram.

Imagem 14.2 - Cláusula do PCF - Programa de Compensação Financeira

4. O(A)(s) **BENEFICIÁRIO(A)(S)** declara(m) que a transação, a quitação e a exoneração de responsabilidade constantes deste **ACORDO** serão sempre firmes, boas e valiosas por si e seus herdeiros e/ou sucessores, quaisquer que sejam os

resultados das investigações sobre as causas do estabelecimento da **DESOCUPAÇÃO**, renunciando a quaisquer outros direitos eventualmente existentes, presentes ou futuros, para nada mais reclamar em tempo e lugar algum, a qualquer pretexto, em relação à **DESOCUPAÇÃO** e qualquer outro evento do qual ela decorra ou dela decorrente, pretérito ou futuro, desobrigando inteiramente a **BRASKEM** e respectivas companhias subsidiárias, subcontratadas, afiliadas, controladoras, cessionárias, associadas, coligadas ou qualquer outra empresa dentro de um mesmo grupo, sócios, representantes, administradores, diretores, prepostos e mandatários, predecessores, sucessores e afins, todos os seus respectivos empregados, diretores, presidentes, acionistas, proprietários, agentes, corretores, representantes e suas **SEGURADORAS / RESSEGURADORAS**, doravante designados, isoladamente, “**EXONERADO**” e, conjuntamente, “**EXONERADOS**”.

Fonte: Intercept\_Brasil

Segundo a matéria, o acordo firmado com a Braskem contém cláusulas comuns em contratos desse tipo, mas abusivas no contexto, ao desonerar a empresa de responsabilidade pela tragédia em Maceió, que desalojou milhares e destruiu bairros inteiros. Classificado como um acordo com efeitos civis, ele impede as vítimas de buscarem indenizações mais justas, aproveitando-se da fragilidade delas e inserindo cláusulas leoninas que beneficiam unilateralmente a empresa. No acordo existem cláusulas que não isentam apenas a Braskem, mas também seus associados, de responder judicialmente, mesmo diante de novos fatos que possam surgir, intimidando vítimas e advogados:

Imagem 14.3 - Cláusula do PCF - Programa de Compensação Financeira

5. Face ao pagamento supra, e considerando a quitação outorgada pelo(a)(s) **BENEFICIÁRIO(A)(S)** à **BRASKEM** por todos os danos sofridos em decorrência da **DESOCUPAÇÃO**, o(a)(s) **BENEFICIÁRIO(A)(S)** renuncia(m) a e desiste(m) de eventuais direitos remanescentes decorrentes da **DESOCUPAÇÃO**, em face de qualquer **EXONERADO**, para nada mais reclamar em tempo algum, inclusive contra os **EXONERADOS**. Assim, o(a)(s) **BENEFICIÁRIO(A)(S)** expressamente reconhece(m) e acorda(m) que não possui(em) mais qualquer direito e que se absterá(ão) de exercer, formular ou perseguir qualquer demanda, ação ou recurso de qualquer natureza, sejam civis, penais ou administrativos, perante qualquer tribunal ou jurisdição em face de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que tenha envolvimento, direto ou indireto, no estabelecimento da **DESOCUPAÇÃO**.

Fonte: Intercept\_Brasil

As informações acima acerca do acordo, me fizeram refletir o quanto nós os moradores estávamos em uma situação de total desamparo, diante de uma escolha: aceitar uma proposta injusta ou enfrentar a incerteza de uma longa batalha judicial. Embora o contrato tenha sido apresentado como uma negociação livre, as condições e cláusulas do acordo evidenciam uma pressão implícita para aceitar os termos, sem garantias de uma solução adequada e sem a possibilidade real de contestação. As cláusulas abusivas, que mantêm a empresa sem responsabilidades futuras, revelam a nossa fragilidade diante da tragédia, e como, muitas vezes, a justiça é distorcida em benefício de corporações poderosas. A “negociação” oferecida não parece ser nada mais do que uma forma de silenciar as vítimas, perpetuando sua vulnerabilidade.

Hoje me pego refletindo sobre os momentos pós tremor até o dia em que eu finalmente saí do bairro de Bebedouro e me dou conta que eu estava em uma espécie de ilha. O condomínio que eu morava estava cercado por 4 minas, que podiam romper a qualquer momento, além disso, a rua que dava acesso a nosso condomínio estava fechada pela

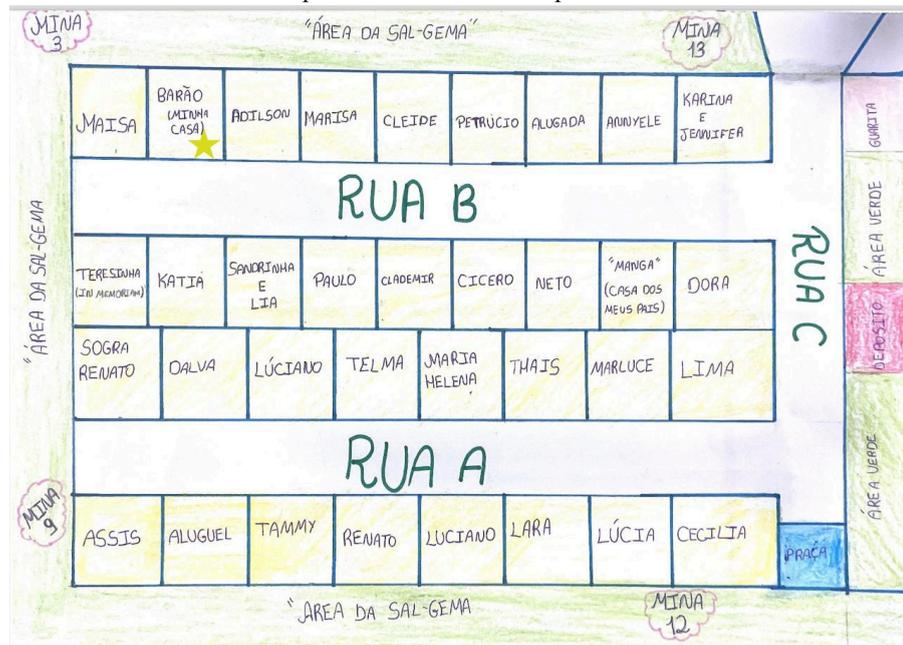
Braskem, estava em lockdown em consequência da pandemia, e convivia com casas depenadas e lacradas dos moradores do condomínio que já haviam se mudado. Ou seja, naquele momento eu estava convivendo com a morte, seja pelas minas que eram uma bomba relógio, seja pelo covid. Após a assinatura do acordo começamos a mudança, e esse foi o momento mais difícil, como dizer adeus ao local que você morou durante toda sua vida? Como dizer adeus às pessoas que te viram nascer e crescer e que de certa forma eram como uma grande família? A saída do Bosque foi outro momento difícil.

O dia 30 de abril de 2020, para muitos, pode parecer apenas mais um dia comum, marcado pelo isolamento da pandemia de Covid-19. Para mim, porém, ele representa o fim de um ciclo. Foi nesse dia que me despedi do Condomínio Bosque Mundaú, o lugar que acompanhou minha infância e adolescência. Minha família foi uma das últimas famílias a deixar o local, e no dia seguinte à nossa mudança, oficiais de justiça chegaram com uma ordem de despejo para os últimos moradores, incluindo minha família. A mudança em si ocorreu durante a manhã, uma parte levamos no carro e outra grande parte da mudança foi levada por uma empresa contratada pela Braskem.

As lembranças desse dia são como uma névoa em minha mente. Minha memória apagou boa parte dos meses de incerteza e medo vividos no condomínio, e a despedida do Bosque não foi diferente. Lembro-me de sair de manhã cedo, quando uma moradora ainda no local, a Keyla, veio se despedir. Foi um momento de abraços silenciosos e lágrimas. Decidi não voltar, queria partir de vez.

A mudança não foi finalizada em um único dia, no dia seguinte meu tio, minha avó e meu avô voltaram para casa e para pegar as últimas coisas da mudança. Meu tio e minha avó ficaram até o último item da mudança ser retirado da casa, meu avô no entanto não conseguiu, ele fez uma única viagem e disse que não voltaria mais para casa, ele não conseguia mais ver seu lar totalmente vazio e sem vida. Minha avó, no entanto, ficou firme até o fim, a única coisa que ela pediu foi para não ver a casa dela ser destruída, ela não queria que sua última visão do lugar que foi seu lar durante tantos anos, onde ela criou seus filhos e netos fosse de um lugar destruído.

Croqui 2 - Condomínio Bosque Munda



Fonte: A autora

Na imagem acima, fiz um “rascunho” de como era o condomínio e quem eram seus moradores, isso me ajuda a lembrar do Condomínio Bosque Mundaú como ele realmente era: um lugar repleto de afeto, onde todos se conheciam, se ajudavam e formavam uma grande família. Era um espaço vivo, habitado por “personagens” inesquecíveis, cada um deixando sua marca especial.

Entre eles, a querida Sandrinha. Amiga de toda a família, mas especialmente a “enfermeira” do meu avô. Ele, sendo diabético, confiava nela para cuidar de seus machucados e a considerava a única companhia para consultas médicas. Além disso, a sua casa estava sempre aberta, pronta para oferecer ajuda a qualquer hora. A casa da Dona Jeane era quatro casas antes da minha, onde ela morava com seu esposo Petrucio, sua filha Karina e seu filho Petrus.

Outro exemplo é o seu Petrucio, um senhor de coração imenso, sempre disposto a ajudar. Quando algo quebrava em casa, a solução era clara: “Chama o seu Petrucio, ele sabe consertar.”. Sua esposa, dona Jeane (in memoriam), também foi uma figura marcante. Suas festas simples, mas acolhedoras, eram momentos de pura alegria. Seus bolos, inigualáveis, continuam vivos na memória. E quando alguém ficou doente, dona Jeane era uma pessoa certa: conhecia todos os remédios e era quase uma médica do Bosque.

Annyele e Mirlana também marcaram minha infância e adolescência. Mesmo sendo um pouco mais velhas, compartilhamos momentos inesquecíveis. Vivemos juntas o fenômeno

Rebelde, fizemos covers incontáveis do RBD e passamos horas assistindo Floribella. Organizamos festas de Dia das Mães, e Annyele sempre foi como uma irmã mais velha, com conselhos certos e, às vezes, os necessários puxões de orelha. Sou eternamente grata por tudo o que me ensinou, além de me ter apresentado ao mundo mágico de RBD e Anahí.

Essas são apenas algumas das pessoas que fizeram do Bosque Mundaú um lugar especial. Cada morador tinha um papel único. E como esquecer as noites em que todos se reuniam na porta da minha casa para conversar até tarde? Não importava o dia, sempre havia histórias e assuntos infinitos. Essa convivência, cheia de afeto e companheirismo, faz qualquer problema parecer menor.

Mesmo após a saída não passamos momentos fáceis, passar por uma tragédia como essa é muito difícil sair ileso. Dormir era para mim extremamente difícil, qualquer barulho, qualquer coisa me assustavam, eu ainda tinha a sensação que estava em risco, e isso durou muito tempo. Até hoje qualquer barulho ainda me dá uma sensação ruim. A chuva que eu tanto amava ouvir para dormir hoje não me traz a mesma sensação de segurança, e como ela poderia trazer? Durante o período que estava no condomínio após ser comprovado os problemas com as minas, uma noite começou a chover muito forte, lembro de ir à cozinha pegar um copo de água e um trovão soou bem alto junto com relâmpago e só lembro que nesse momento parecia que tudo ia cair, achei que a gente ia morrer, a casa tremeu e só consigo lembrar de meus gritos nesse momento, corri para a sala e só conseguia chorar. Esse episódio ocorreu pouco antes da assinatura do PCF, e desse dia em diante a dificuldade de dormir foi enorme, não só para os que moravam na residência, mas para os que estavam longe, que também não dormiam preocupados.

Em uma última reflexão sobre o tema, me questionei: por que eu, como tantos outros, não tinha noção da bomba-relógio em que vivíamos? Por que a escola nunca nos ensinou sobre o bairro em que morávamos, sua história e os riscos que nos cercavam? É inquietante pensar que uma instituição responsável por formar cidadãos críticos e informados deixou de abordar algo tão crucial para nossas vidas e nossa comunidade.

A missão da escola nesse caso não foi apenas uma falha no currículo, mas também um reflexo de como temas de interesse público, como os impactos da Braskem, são muitas vezes ignorados ou tratados com superficialidade. Faltou fomentar o senso de pertencimento, de alerta e de responsabilidade coletiva. Se tivéssemos aprendido sobre o solo que sustentava nossas casas, sobre os perigos à esperança e sobre a história do bairro, talvez estivéssemos mais preparados para enfrentar ou, quem sabe, evitar o que aconteceu.

A escola poderia ter desempenhado um papel social fundamental ao informar e educar a comunidade escolar sobre os riscos associados à mineração de sal-gema e a presença das minas na área. Isso incluiria abordar questões sobre a história do bairro, sua geologia, e os impactos das atividades extrativas da Braskem.

Ao compartilhar informações sobre a localização das minas e os potenciais riscos de instabilidade geológica, a escola poderia ter ajudado a comunidade a entender melhor o contexto em que viviam, além de alertar para possíveis sinais de problemas, como rachaduras e afundamentos. Com isso, os estudantes e suas famílias teriam uma consciência mais ampla dos riscos ambientais, fortalecendo a capacidade de organização e reivindicação de seus direitos.

Além disso, a escola poderia ter promovido discussões sobre temas como a importância da responsabilidade social e ambiental das empresas mineradoras e do papel do governo na fiscalização das atividades de mineração. Atividades educativas nesse sentido ajudariam a sensibilizar e capacitar a comunidade para entender e cobrar medidas de segurança, além de apoiar ações para a proteção do bairro e das pessoas que nele residem.

Essa reflexão me leva a questionar o papel da educação na construção de uma sociedade consciente e atuante. Não seria a escola, além de um espaço de aprendizado, o lugar ideal para discutir os problemas que afetam diretamente os estudantes e suas comunidades? É um chamado urgente, uma convocação a se pensar como estamos preparando as futuras gerações para enfrentar o mundo ao seu redor.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os primeiros anos da colonização, o solo brasileiro não revelou aos portugueses a riqueza em metais preciosos tão desejada. Apenas em 1693, com as expedições dos bandeirantes paulistas, as primeiras jazidas de ouro foram descobertas, marcando o início de um período de intensa atividade mineradora que moldou profundamente a história econômica, política e social do Brasil.

A mineração desempenhou um papel central na formação dos núcleos urbanos do país, ao mesmo tempo em que fomentou o comércio interno. Os tropeiros, responsáveis por abastecer as regiões mineradoras com bens essenciais, abriram novos caminhos no interior e contribuíram para a formação de povoados ao longo de suas rotas. Esse movimento gerou uma sociedade dinâmica, com o surgimento de uma classe média composta por comerciantes, profissionais liberais e artesãos, que desempenharam um papel significativo na estruturação da economia e da cultura locais.

Entretanto, as técnicas rudimentares de extração, utilizadas durante boa parte do ciclo do ouro, limitaram a produtividade e, eventualmente, levaram ao declínio da atividade mineradora. A falta de investimento em tecnologia e capacitação, mesmo com a influência do Iluminismo, retardou a criação de escolas de mineração e cursos especializados, deixando o setor dependente de técnicos estrangeiros por um longo período.

Embora a mineração tenha sido um motor do desenvolvimento econômico e social, seu legado é ambivalente. Se, por um lado, ela trouxe progresso e prosperidade a algumas regiões e a determinadas classes sociais privilegiadas assim como compõe papel importante na carteira de exportação do Brasil, por outro, deixou marcas de degradação ambiental e tensões sociais que ainda hoje ressoam e são irreparáveis socialmente frente a inoperância de um estado que não penaliza e que legitima tais práticas. A corrida pelo ouro transformou paisagens naturais e comunidades, evidenciando os custos ambientais e humanos de uma exploração voltada prioritariamente para o lucro imediato.

A legislação ambiental desempenha um papel crucial no contexto da mineração no Brasil. O Código de Mineração (Decreto-Lei nº 227, de 28/02/1967) estabelece obrigações ambientais para as mineradoras, como a prevenção da poluição, a segurança das habitações e a recuperação de áreas degradadas. Além disso, outros instrumentos legais, como o Decreto nº 97.632/1989, reforçam a necessidade de planejamento e execução de medidas corretivas, como o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD).

Apesar da existência de uma legislação ambiental relativamente abrangente, os casos de descumprimento por parte das empresas mineradoras são recorrentes, frequentemente resultando em desastres ambientais de grande impacto, como os rompimentos de barragens em Mariana e Brumadinho em Minas Gerais e os efeitos da extração de sal-gema pela Braskem em Maceió. Esses eventos evidenciam a fragilidade das normas existentes e da fiscalização no cumprimento das obrigações ambientais e sociais.

A problemática ambiental oriunda da exploração desenfreada no setor de mineração não pode ser abordada apenas como um problema técnico ou jurídico, mas sim como uma política de forjar um território nação completamente submetido aos interesses espúrios de um sistema de produção capitalista que impacta toda a esfera cotidiana de seus povos. Para mitigar os impactos negativos, é indispensável aprimorar os mecanismos de fiscalização, promover maior transparência e responsabilização das empresas, além de investir em tecnologias e práticas socialmente sustentáveis.

A descoberta de sal-gema em 1943, em Maceió, marcou o início de uma das mais graves problemáticas ambientais da capital alagoana. As operações de extração começaram apenas em 1977, mas desde o princípio enfrentaram forte oposição dos moradores e de órgãos ambientais, que alertavam para os riscos ambientais iminentes associados à exploração do sal-gema. Entretanto, todas as críticas, vozes de protestos foram silenciadas ao longo de todos esses anos, décadas. Para melhorar sua imagem, a empresa Salgema (atual Braskem) realizou doações, ações comunitárias e criou barreiras verdes, tentando amenizar o impacto ambiental e social.

Em 1996, a Trikem substituiu a Salgema e, em 2002, com a integração de seis empresas e assim se deu origem à Braskem, que passou a liderar as operações. No entanto, quase cinco décadas de exploração resultaram no afundamento de solos e na condenação de áreas inteiras, levando à evacuação de milhares de moradores de bairros como Pinheiro, Bebedouro, Mutange, Bom Parto e Farol.

Após o tremor de terra em 2018, diversos estudos confirmaram os danos provocados pela extração de sal-gema. Em janeiro de 2020, após um laudo emitido pela CPRM, levou à formalização de um acordo extrajudicial entre a Braskem e o Conselho Nacional de Justiça. A empresa criou o Programa de Compensação Financeira e Apoio à Recolocação (PCF), que oferecia indenizações por danos materiais e morais aos moradores das áreas afetadas. No entanto, essas medidas não foram suficientes para apagar os impactos da destruição ambiental e social causados pela mineração.

A saída forçada dos moradores dos bairros afetados representa um processo perverso de desterritorialização. Para essas pessoas, deixar suas casas significou romper laços afetivos e históricos construídos ao longo de gerações. Lares não são apenas espaços físicos; eles carregam memórias, histórias de vida e relações sociais que moldam a identidade de seus habitantes. A ruptura com esses laços resultou em um profundo sentimento de perda. A transferência para outras áreas gerou afastamento de locais de trabalho, escolas e redes de apoio, impactando ainda mais a vida dessas comunidades.

Caminhar hoje pelos bairros afetados, quando possível por conta do isolamento da área hoje de propriedade da Braskem é como percorrer um cenário de abandono: ruas desertas, casas destruídas e um silêncio que contrasta com a vida vibrante que existia ali. Bairros fantasmas, mas que ainda guarda as lembranças e a vida de todos e todas que ali viveram. Bairros que antes eram cheios de cultura, histórias e movimento e que subitamente tornaram-se símbolos de negligência e descaso.

A desterritorialização imposta pela Braskem não apenas deslocou famílias, mas também desestruturou o tecido social. É impossível mensurar o impacto emocional de abandonar o lugar onde se criou uma vida, onde as crianças frequentavam escolas, onde vizinhos se tornaram amigos e onde as tradições se perpetuavam. Esses laços, rompidos abruptamente, deixaram marcas profundas, e muitos moradores carregam a dor de uma memória interrompida.

A exploração irresponsável da sal-gema pela Braskem não destruiu apenas bairros; destruiu histórias, afetos e a essência de comunidades inteiras. A luta por justiça é também uma luta para que as memórias dessas pessoas não sejam apagadas e para que tragédias como essa nunca mais se repitam.

Um aspecto relevante e pouco discutido na tragédia provocada pela mineração em Maceió é o papel social das escolas locais. Antes mesmo dos impactos mais severos se manifestarem, como o afundamento dos bairros e a consequente retirada das famílias, as instituições de ensino não cumpriram sua função de conscientizar a comunidade sobre o tema da mineração e seus possíveis riscos.

Embora os bairros afetados fossem palco de atividades mineradoras há décadas, e os riscos ambientais e sociais já fossem apontados por especialistas e órgãos ambientais, as escolas da região permanecem alheias ao debate, em silêncio frente a toda história do lugar de formação cidadã que deveriam fomentar. A ausência de abordagens pedagógicas que

integrassem o contexto local à educação é um reflexo de uma desconexão entre as instituições de ensino e as realidades vivenciadas pelos estudantes e suas famílias.

Temas como o impacto da mineração, a existência das minas de sal-gema nos bairros e os possíveis riscos associados nunca foram trabalhados de forma estruturada no ambiente escolar. Isso representou uma perda de oportunidade para promover a conscientização ambiental, social e histórica entre as comunidades afetadas. A escola, que deveria ser um espaço de reflexão crítica e formação cidadã, falhou em seu papel de alertar e preparar os estudantes para lidar com os desafios e consequências de um processo de exploração que já apresentava sinais de desgaste ambiental, viabilizando a criação de coletivos, espaços de diálogo, organizadoras de movimentos de reivindicações tanto junto a empresa como ao poder públicos.

A negligência da escola nesse debate e a não implicação nessa questão construiu para a invisibilidade da problemática, reforçando um silêncio coletivo que permitiu que a exploração continuasse sem o devido questionamento por parte da população, pois um dos instrumentos mais utilizados para avisar as vítimas de uma vulnerabilidade socioambiental foi a apresentação de vários mapas de riscos. Não caberia a escola o papel de convocar a sociedade para munir-se de compreensão da leitura de uma linguagem cartográfica, dotada de saber político? Como abandonar a comunidade diante de um registro espacial que a escola se vale na produção do saber entre seus estudantes? A educação poderia ter atuado como uma ferramenta de empoderamento, incentivando os estudantes e suas famílias a buscarem informações, exigir transparência das empresas mineradoras e cobrar das autoridades ações preventivas.

Esse vazio educacional evidencia a necessidade de um sistema de ensino mais comprometido com a realidade local. A integração de temas como mineração, sustentabilidade social e direitos sociais nos currículos escolares é essencial para formar cidadãos conscientes e capazes de enfrentar os desafios socioambientais de suas comunidades. No caso de Maceió, a ausência desse debate antes da tragédia apenas ampliou os impactos sociais e emocionais causados pelo deslocamento forçado e pela perda de um território que as famílias não tiveram a chance de compreender ou defender plenamente.

Portanto, repensar o papel das escolas nesse contexto é essencial não apenas para evitar que tragédias semelhantes se repitam, mas também para construir uma educação verdadeiramente transformadora e alinhada às necessidades e especificidades de cada comunidade.

Aqui, apresento um pouco do tanto que foi esse episódio na minha vida, na vida de minha família, dos meus avós, pais, tios, primos, amigas e amigos, vizinhos. Aqui registro uma vida que foi retirada de todos que produzem minhas relações cotidianas. À noite, ao dormir passeio em sonho pelas ruas do bairro que um dia foi meu, procuro saídas, sinto que estou em risco, mas não sei para onde ir. Penso nas saídas que ainda estão fechadas, espero encontrar secretas e singelas chaves que possam abrir novas portas, novas possibilidades. Por enquanto, durante os sonhos tumultuados ainda caminho, às vezes solitária pelas ruas que vivi ao longo de toda minha vida, às vezes reconheço nos sonhos outras pessoas que provavelmente em seus sonhos procuram explicações para tudo o que aconteceu com nossas vidas. Esse texto é talvez uma chave de uma porta que abro em direção a busca por direitos que são meus e de todos que fazem parte de minha vida.

## REFERÊNCIAS

Antonino, Lucas zenha **TERRITÓRIOS EXTRATIVO-MINERAL NA BAHIA: Violações de Direitos e Conflitos nos Territórios Terra-Abrigo** / Lucas Zenha Antonino. -- Salvador, 2019.

Brasil. **DECRETO-LEI Nº 227 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967**. Brasília, DF: Presidência da República, Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0227compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0227compilado.htm). Acesso em: 122/07/2024

Brasil. **DECRETO Nº 97.632, DE 10 DE ABRIL DE 1989**. Brasília, DF: Presidência da República, Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/D97632.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97632.htm) Acesso em: 122/07/2024

Diodato, Railson Vieira. **Da concepção de um pólo cloroquímico ao desenvolvimento da cadeia produtiva da química e do plástico de Alagoas** / Railson Vieira Diodato. – 2017.

Feitosa, Cid Olival; ROMEIRO (2023), Augusto da Silva. **Exploração mineral e impactos na habitação: o caso Braskem, em Maceió**. Universidade Federal de Alagoas - UFAL.

Figueirôa, S. F. D. M. (1994). **Mineração no Brasil: aspectos técnicos e científicos de sua história na colônia e no império (séculos XVIII-XIX)**. *América Latina en la historia económica*, 1(1), 41-55.

Galeano, Eduardo H., 1940- **As veias abertas da América Latina** / Eduardo Galeano, tradução de Sergio Faraco. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.

INTERCEPT BRASIL. **Braskem: acordo secreto que a empresa firmou com vítimas em Maceió**. Intercept Brasil. 22 de dezembro de 2023. Disponível em: <<https://www.intercept.com.br/2023/12/22/braskem-acordo-secreto-que-empresa-firmou-com-vitimas-em-maceio/>> Acesso em: 19 de novembro de 2024.

Lins E. **Avenida Fernandes Lima pode mudar de nome**. 2023. Disponível em: <<https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/avenida-fernandes-lima-pode-mudar-de-nome/>>. Acesso em: 16 de setembro de 2023.

Magno, L. **Ordenamento territorial da mineração no Brasil e conflitos ambientais**. Revista Geografias, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 84–107, 2015. DOI: 10.35699/2237-549X.13394. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13394>. Acesso em: 23 jun. 2024.

Melo, J. A. F. de; Hora, D. A. P. da; Santos Filho, E. H. dos. **Violência simbólica da ruptura dos vínculos sociais: o caso da mineradora Braskem em Maceió/AL**. RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, [S. l.], v. 9, n. 3, 2023. DOI: 10.23899/relacult.v9i3.2361. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/2361>. Acesso em: 24 ago. 2024.

Ticianeli, Edberto. Avenida Fernandes Lima, a antiga Estrada do Jacutinga. 2018. Disponível em: <<https://www.historiadealagoas.com.br/avenida-fernandes-lima-a-antiga-estrada-do-jacuti>

nga.html> Acesso em: 16 setembro. 2024.

Vieira, E. A. A **(in) sustentabilidade da indústria da mineração no Brasil**. Estação Científica (UNIFAP) Macapá, v.1, n. 2 , p. 01 - 15, 20.